



Relatório de Avaliação Atuarial

Angra dos Reis

ANGRAPREV

Instituto de Previdência Social de Angra dos Reis

Perfil Atuarial III

Data base: 31/12/2025

Nota Técnica Atuarial do Plano Previdenciário: 2021.000369.1

Julio Machado Passos

Atuário MIBA nº 1.275

Empresa CIBA nº 116

Versão: 2



Avaliação Atuarial

ANGRAPREV

Instituto de Previdência Social de Angra dos Reis

1. Apresentação e Objetivo	8
2. Base legal	9
2.1 Normas Federais	9
2.1.1. Constituição	9
2.1.2. Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998	10
2.1.3. Lei nº 9.796, de 05 de maio de 1999	10
2.1.4. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000	10
2.1.5. Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004	10
2.1.6 Portaria MTP nº 1.467, de 7 de junho de 2022	10
2.1.7 Portaria MPS nº 2.010/2025	11
2.1.8 Portaria MPS nº 861, de 6 de dezembro de 2023	11
2.2 Normas do Ente Federativo	11
2.2.1 Plano de Custeio Vigente	11
2.2.4 Outras fontes de receita	12
3. Plano de benefícios e Condições de elegibilidade	13
3.1 Descrição dos benefícios previdenciários do RPPS	13
3.2 Condições de elegibilidade	13
3.2.1 Aposentadoria Programada	13
3.2.2 Aposentadoria por incapacidade permanente	15
3.2.4 Aposentadoria Especial	16
3.2.5 Pensão por morte	16
4. Regime financeiro e métodos de financiamento	19
5. Hipóteses Atuariais e Premissas	20
5.1 Tábuas Biométricas	21
5.2 Alterações Futuras no Perfil de Composição das Massas	21
5.3 Estimativa de Remunerações e Proventos	22
5.3.1 Taxa Real Anual de Crescimento Salarial	22
5.3.2 Taxa Real Anual de Crescimento dos Benefícios	23
5.4 Taxa Atuarial de Juros	23
5.5 Entrada em Algum Regime Previdenciário e em Aposentadoria	24
5.5.1 Idade Estimada de Ingresso em Algum Regime Previdenciário	24



5.5.2 Idade estimada de entrada em aposentadoria programada.	24
5.6 Composição do Grupo Familiar	24
5.7 Compensação Previdenciária	25
5.6 Demais premissas e Hipóteses	27
5.6.3 Estimativa do crescimento real do valor máximo do benefício de contribuição do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).	27
6. Análise da base cadastral	29
6.1 Dados fornecidos e sua descrição	30
6.1.1 Dados solicitados	30
6.1.1.1 Servidores Ativos	30
6.1.1.2 Servidores Aposentados	32
6.1.1.3. Pensionistas	34
6.1.2 Dados recebidos	35
6.1.2.1 Servidores Ativos	35
6.2 Servidores Afastados ou Cedidos	38
6.3 Análise da qualidade da base cadastral	38
6.3.1 Atualização	38
6.3.2 Amplitude	39
6.3.2.1. Comparativo em relação à base cadastral do Exercício anterior	39
6.3.3 Comparativo com DIPR	39
6.3.4.2 Servidores aposentados	42
6.3.4.3 Pensionistas	44
6.4 Descrição das premissas adotadas para ajuste técnico da base cadastral	45
6.4.1. Critérios de ajustes na base cadastral dos servidores ativos:	45
6.4.2 Critérios de ajustes na Base de Dados dos servidores aposentados	47
6.4.3 Critério de ajuste na Base de Dados dos pensionistas	49
6.4.4 Critério de ajuste na Base de Dados dos dependentes	50
6.5 Recomendações Para a Base Cadastral	51
7. Resultado atuarial	53
7.1. Balanço Atuarial	53
7.2. Ativos Garantidores	55
7.3 Provisões Matemáticas ou Passivo Atuarial	57
7.3.1 Valor Presente dos Benefícios Futuros (VPBF)	57
7.3.2 Valor Presente das Contribuições Futuras destinados a capitalização	57
7.4 Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos	59



7.5 Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder	59
7.6 Compensação Financeira a receber dos benefícios concedidos	60
7.7 Compensação Financeira a receber dos benefícios a conceder	60
7.8 Resultado Atuarial	60
7.9 Valor atual das remunerações futuras	61
8. Custos e plano de custeio	62
8.1 Custos e alíquotas de custeio normal, calculadas por benefício, e custeio administrativo	62
8.2 Custos e alíquotas de custeio normal, calculadas por regime financeiro, e custeio administrativo	63
9. Revisão do Plano de Custeio	64
10. Custeio administrativo	66
11. Análise comparativa com exercícios anteriores	68
12. Avaliação e impactos do perfil atuarial do RPPS	76
12.1. Indicador de Suficiência Financeira	77
12.2. Indicador de Acumulação de Recursos	78
12.3. Indicador de Cobertura dos Compromissos Previdenciários	78
13. Parecer atuarial	79
Anexo I	83
Conceitos e definições	83
Anexo II	87
Estatísticas	87
Anexo III	94
Provisões Matemáticas	94
Anexo IV	96
Projeção da Evolução das Provisões Matemáticas Para os Próximos Doze Meses	96
Anexo V	97
Projeção Atuarial	97
Anexo VI	100
Projeções Atuariais Para o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO	100
Anexo VII	103
Resultado da Duração do Passivo e Análise Evolutiva	103
Anexo VIII	104
Tábuas Biométricas	104



Anexo IX	107
Ganhos e Perdas Atuariais	107

Sumário Executivo

Através do presente estudo atuarial, realizamos a Avaliação do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Angra dos Reis, administrado pelo Instituto de Previdência Social de Angra dos Reis - ANGRAPREV, com a base focal do estudo de 31/12/2025.

No plano foi encontrado o custo normal de 26,49% sobre a folha dos servidores ativos, já descontadas as contribuições de aposentados e pensionistas e utilizando o Método Agregado. Este custo é composto pelo custo para cobertura de custos de benefícios de 23,50% e para cobertura de despesas administrativas de 2,98%.

Foram estimadas as receitas oriundas da Compensação Financeira, previstas na Lei Federal 9.796/1999 e o Decreto Federal nº 10.188/2019, referentes aos segurados vinculados ao plano no valor de R\$ 499.324.501,88.

O Valor Presente dos Benefícios Futuros da população estudada para o plano foi calculado em R\$ 4.528.290.632,59, sendo R\$ 2.838.967.023,08 de Benefícios Concedidos e R\$ 1.689.323.609,51 a Conceder. O Valor Presente das Contribuições Futuras equivale a R\$ 1.033.551.486,79.

As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder têm o valor de R\$ 681.554.620,94. As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos têm o valor de R\$ 2.313.860.022,98. As Provisões Matemáticas Totais têm o valor de R\$ 2.995.414.643,92. O Superávit Atuarial é de R\$ 55.945.016,19.

O índice de cobertura é de 101,87%. O índice é composto pelo valor do Patrimônio Líquido somado ao plano de amortização da Lei nº 4.449/2024 sobre as Reservas Matemáticas. O plano de custeio não necessita de aumento para manutenção do equilíbrio atuarial.

As Provisões de Contingência somam o valor de R\$ 55.945.016,19 e o valor das Provisões Para Ajuste do Plano é zero. O plano de custeio não necessita de aumento de alíquota para manutenção do equilíbrio atuarial.



Os resultados apresentados têm a devida explicação e especificação de valores no corpo desse documento e, os mesmos, são sensíveis a variações de hipótese base cadastral e base normativa. Por este motivo o plano de previdência deverá sofrer acompanhamento com realização de Avaliações Atuariais ao menos uma vez por ano e sempre que surgir fato relevante.

1. Apresentação e Objetivo

Este relatório apresenta um diagnóstico do sistema previdenciário sob a ótica atuarial visando mensurar o valor das Provisões Matemáticas e de um possível Déficit ou Superávit Atuarial. Também são apontadas alíquotas de contribuição necessárias para o Equilíbrio Atuarial.

Os dados para este estudo foram extraídos do banco de dados do RPPS, o qual possui as condições e elementos necessários para o trabalho a ser realizado. O estudo está em conformidade com todo o ordenamento legal federal e municipal vigentes.

Por fim, cabe dizer que para o estudo, objeto deste trabalho, os cálculos se basearam em metodologias e formulações consagradas internacionalmente, as quais atendem as normas gerais previstas na legislação federal, vigente.

2. Base legal

2.1 Normas Federais

Este Relatório de Avaliação Atuarial foi desenvolvido em cumprimento a todos os parâmetros estabelecidos pela legislação vigente, assim como demais instruções normativas aplicáveis a elaboração das avaliações atuariais dos RPPS, divulgadas pelo Ministério da Previdência Social – MPS.

A tabela de Provisões Matemáticas a Contabilizar, presente no Anexo III, atende ao exigido pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, e as demais Instruções de Procedimentos Contábeis vigentes, expressas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

2.1.1. Constituição

Aplicável o disposto no artigo 40 da Constituição Federal Brasileira, onde é assegurado o regime previdenciário de caráter solidário e contributivo aos servidores públicos de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluindo suas autarquias e fundações, mediante a contribuição dos respectivos Entes públicos e de seus servidores ativos, aposentados e pensionistas, observando os critérios estabelecidos que preservem o equilíbrio financeiro atuarial do regime.

Além do disposto no artigo 40 da Constituição, são consideradas as Emendas Constitucionais aplicáveis ao tema:

- Emenda Constitucional nº 20/1998;
- Emenda Constitucional nº 41/2003;
- Emenda Constitucional nº 47/2005;
- Emenda Constitucional nº 70/2012;
- Emenda Constitucional nº 88/2015;
- Emenda Constitucional nº 103/2019.



2.1.2. Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998

A Lei nº 9.717/1998 dispõe sobre regras gerais para o funcionamento e organização dos Regimes Próprios de Previdência Social dos servidores públicos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal, e dá outras providências.

2.1.3. Lei nº 9.796, de 05 de maio de 1999

Dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os Regimes Próprios de Previdência Social dos servidores efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de existência de tempo de contribuição em ambos os regimes para efeito de aposentadoria, e dá outras providências.

2.1.4. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000

Visa o estabelecimento de condutas de responsabilidade de gestão das finanças públicas e fiscal aos Entes Federativos, além de outras providências.

2.1.5. Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004

Estabeleça a aplicação do disposto na Emenda Constitucional nº 41/2003, e altera dispositivos da Lei 9.717/1998, Lei 8.213/1991, e Lei 9.532/1997, além de outras providências.

2.1.6 Portaria MTP nº 1.467, de 7 de junho de 2022

Dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e estabelece parâmetros para a definição do plano de custeio e o equacionamento do déficit atuarial.



2.1.7 Portaria MPS nº 2.010/2025

Divulga a taxa de juros parâmetro a ser utilizada nas avaliações atuariais dos regimes próprios de previdência social relativas ao exercício de 2026, posicionadas em 31 de dezembro de 2025.

2.1.8 Portaria MPS nº 861, de 6 de dezembro de 2023

Altera a Portaria MTP nº 1.467/2022 e estabelece sobre o prazo para pagamento dos juros do plano de equacionamento do déficit atuarial, além de dispor acerca de requerimentos de parcelamento especial.

2.2 Normas do Ente Federativo

Em adição as normas federais mencionadas anteriormente, esta avaliação atuarial considerou a legislação municipal que rege a as normas vigentes do RPPS, com destaque as seguintes leis:

- Lei nº 4.288/2023, que dispõe o plano de custeio do RPPS;
- Lei Complementar nº 14/2021, que dispõe da revisão das regras de acesso e cálculo de benefícios do RPPS;
- Lei nº 4.449/2024, que dispõe do plano de amortização do déficit atuarial do RPPS.

2.2.1 Plano de Custeio Vigente

São consideradas componentes do Plano de Custeio todas as fontes de receitas do Regime Próprio de Previdência. O plano em vigência foi estabelecido pela Lei nº 4.288/2023 com as seguintes características:

- Contribuições dos segurados vinculados ao plano pela alíquota de 14,00%;
- Contribuições Patronais de 14,00% referentes aos servidores ativos vinculados ao plano;

- Receitas oriundas da Compensação Financeira entre os Regimes Previdenciários, previstas na Lei Federal nº 9.796/1999, referentes aos segurados vinculados ao plano;
- Todas as demais receitas previstas na Lei nº 4.288/2023;
- Rentabilidade obtida pelos investimentos dos recursos vinculados a este plano.
- Lei nº 4.449/2024, que dispõe do plano de amortização do déficit atuarial do RPPS

2.2.4 Outras fontes de receita

Também poderão compor receitas do Instituto de Previdência Social de Angra dos Reis os rendimentos patrimoniais, aportes dos Entes Públicos Municipais, valores a receber a título de Compensação Previdenciária e, ainda, o excedente de capitalização das Provisões financeiras.

3. Plano de benefícios e Condições de elegibilidade

3.1 Descrição dos benefícios previdenciários do RPPS

A legislação municipal prevê os seguintes benefícios a serem administrados pelo RPPS:

Quanto ao segurado

- Aposentadoria Programada
- Aposentadoria por incapacidade permanente
- Aposentadoria especial

Quanto ao dependente

- Pensão por morte

É considerado segurado o servidor ativo efetivo, o servidor ativo estável, o servidor aposentado e o pensionista cujo benefício seja de responsabilidade do Regime Próprio de Previdência Social.

São considerados como dependentes do servidor cônjuge, a companheira ou o companheiro em qualquer idade, desde que comprovada tal união perante o RPPS, filhos não emancipados com idades menores que 21 anos, ou com incapacidade permanente. Na ausência dos dependentes, anteriormente relacionados, os pais do servidor serão considerados dependentes para efeito de recebimento dos benefícios, desde que atendidas às normas legais vigentes.

3.2 Condições de elegibilidade

3.2.1 Aposentadoria Programada

Trata-se de benefício de renda mensal, de opção voluntária, programado, vitalício e de prestação continuada, concedida aos segurados, atendido os requisitos para a sua obtenção. Este benefício terá o abono natalino (13º benefício). Este benefício possui duas modalidades voluntária e compulsória.

O benefício pela modalidade voluntária é adquirido após o servidor cumprir exigências de idade mínima, de tempo mínimo de contribuição e no exercício de atividade no serviço público, além de período na carreira e no cargo, em decorrência do sexo do mesmo e da data de ingresso no serviço público.

Já o benefício na modalidade de regra compulsória é concedido ao segurado ativo que completar 75 anos.

As Aposentadorias Programadas, terão sua concessão estabelecida após satisfeitos os requisitos estabelecidos nas normas pertinentes, conforme regras apresentadas nas tabelas a seguir, distintas para servidores com demais cargos e professores:

Aposentadoria Programada – Não Professor

Tipo de Regra	Regra – Demais Cargos	Idade	Tempo Contribuição (anos)	Pedágio*	Tempo de Serviço Público	Tempo de Carreira	Tempo no Cargo	Ingresso	Data limite para cumprir os requisitos das regras	Provento	Reajuste
Transição	Voluntária (art. 8º, EC 20)	53 homem 48 mulheres	35 homem 30 mulher	20%	-	-	5	Até 16/12/98	Até 31/12/03	Integral	Paridade
	Voluntária (§ 1º, art. 8º, EC 20)	53 homem 48 mulher	30 homem 25 mulher	40%	-	-	5	Até 16/12/98	Até 31/12/03	Proporcional	Paridade
	Voluntária (art. 18º, LC 14/21)	62 homem 57 mulher e Idade + TC**	35 homem 30 mulher	-	20	-	5	Até 21/12/21	-	Proporcional	Inflação
	Voluntária (art. 19 e 20, EC 103)	60 homem 57 mulher	35 homem 30 mulher	100%	20	-	5	Até 21/12/21	-	Proporcional***	Inflação
Permanente	Voluntária (art. 4º, LC 14/21)	65 homem 62 mulher	25 ambos	-	10	-	5	-	-	Proporcional	Inflação
	Compulsória (art. 8º, LC 14/21)	75	-	-	-	-	-	-	-	Média e Proporcional	Inflação

*O valor do pedágio será o tempo adicional de contribuição que o servidor deverá cumprir, cujo valor é este percentual multiplicado pelo tempo que faltava para cumprir o requisito de tempo de contribuição na data da regra.

** Idade + Tempo de Contribuição (em anos) deverá ser igual a pontuação definida em lei no ano em que se der a aposentadoria.

*** Poderá adquirir benefícios integral caso tenha ingresso até 31/12/2003.

Aposentadoria Programada – Professor

Regra	Aposentadoria - Professores	Idade	Tempo Contribuição (anos)	Pedágio*	Bônus**	Tempo de Serviço Público	Tempo de Carreira	Tempo no Cargo	Ingresso	Data limite para cumprir os requisitos das regras	Provento	Reajuste
Transição	Voluntária (art. 8º, EC 20)	53 homem 48 mulher	35 homem 30 mulher	20%	17% h 20% m	-	-	5	Até 16/12/98	Até 31/12/03	Integral	Paridade
	Voluntária (§ 1º, art. 8º, EC 20)	53 homem 48 mulher	30 homem 25 mulher	40%	17% h 20% m	-	-	5	Até 16/12/98	Até 31/12/03	Proporcional	Paridade
	Voluntária (art. 18º, LC 14/21)	57 homem 52 mulher e Idade + TC***	30 homem 25 mulher	-	-	20	-	5	Até 21/12/21	-	Proporcional	Inflação
	Voluntária (art. 19 e 20, EC 103)	55 homem 52 mulher	30 homem 25 mulher	-	-	20	-	5	Até 21/12/21	-	Proporcional***	Inflação
Permanente	Voluntária (art. 4º, LC 14/21)	60 homem 57 mulher	25 ambos	-	-	10	-	5	-	-	Proporcional	Inflação
	Compulsória (art. 8º, LC 14/21)	75	-	-	-	-	-	-	-	-	Média e Proporcional	Inflação

*O valor do pedágio será o tempo adicional de contribuição que o servidor deverá cumprir, cujo valor é este percentual multiplicado pelo tempo que faltava para cumprir o requisito de tempo de contribuição na data da regra.

** O Bônus é o tempo adicionado ao tempo de contribuição dos servidores professores, equivalente a este percentual multiplicado pelo tempo que faltava para cumprir o requisito de tempo de contribuição pela regra, na data de publicação da Emenda Constitucional nº 20.

*** Idade + Tempo de contribuição (em anos) deverá ser igual a pontuação definida em lei no ano em que se der a aposentadoria.

*** Poderá adquirir benefícios integral caso tenha ingresso até 31/12/2003.

3.2.2 Aposentadoria por incapacidade permanente

As Aposentadorias por Incapacidade Permanente é considerado um benefício de renda mensal, involuntário, aleatório, de prestação continuada. Este benefício contém o abono natalino (13º benefício).

O direito ao benefício é adquirido ao segurado que comprovar, por perícia médica, ser incapaz de exercer atividade laboral, seja por moléstia ou incapacidade. O benefício será concedido enquanto persistir a condição de invalidez, que será reavaliado periodicamente.



O valor do benefício será equivalente à última remuneração-de-contribuição como ativo, nos casos caracterizados de que a incapacidade foi motivada por doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei ou por acidente de trabalho. Nos demais casos, o benefício terá valor proporcional ao tempo de contribuição.

3.2.4 Aposentadoria Especial

É um benefício de renda mensal de caráter preventivo, concedido ao segurado cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, à periculosidade, fatores que trazem risco de morte para o trabalhador, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação (art. 201, § 1º, inciso II, da Constituição Federal).

3.2.5 Pensão por morte

Considerado um benefício de renda mensal, involuntário, aleatório, vitalício ou temporário e de prestação continuada concedido aos dependentes dos segurados. Este benefício terá o abono natalino (13º benefício). O direito ao benefício é adquirido a partir da data de falecimento do segurado, ativo ou aposentado. Em caso de morte presumida, o benefício será concedido atendidas as formalidades legais.

Por ter caráter aleatório, é considerado benefício de risco, bem como a data de sua concessão é imprevisível.

Para filhos ou irmãos do instituidor da pensão a duração do benefício durará até o dependente completar a maioridade, salvo no caso de possuir invalidez ou deficiência.

No caso do cônjuge, deverá ocorrer o mínimo de 18 contribuições mensais vertidas e respeitado o prazo de 2 anos após o início do casamento ou união estável para possuir o direito de receber o benefício, no caso de o óbito ocorrer e não forem atendidos esses requisitos a duração do benefício será de 4 meses. Seu tempo de duração será de acordo com a tabela abaixo:



Idade do cônjuge na data do óbito do servidor	Duração da pensão (anos)
Menor de 21 anos	3
21 a 26	6
27 a 29	10
30 a 40	15
41 a 43	20
44 ou mais	Vitalícia

Se o cônjuge for inválido ou deficiente a duração do benefício será vitalícia, e cessará apenas no caso de cessação da deficiência ou invalidez, respeitados os requisitos mencionados anteriormente.

O valor do benefício será equivalente a 70% da remuneração do instituidor da pensão, acrescido de 5% por pensionista, até o máximo de 100%, conforme tabela abaixo:

Valor sobre a remuneração	Quantidade de dependentes
70%	1
75%	2
80%	3
85%	4
90%	5
95%	6
100%	7 ou mais

Cada cota de 5% respectiva do dependente cessará no caso da perda de qualidade como dependente, não sendo reversíveis para os dependentes restantes. Na hipótese de o dependente portar problemas de saúde que caracterizem invalidez, o valor do benefício será equivalente a:

- 100% da remuneração do instituidor até o limite do benefício máximo do RGPS, acrescido de:
- 70% mais 5% por dependente, até o máximo de 100% sobre o valor de aposentadoria recebida pelo servidor ou a aposentadoria por incapacidade permanente a que teria direito (caso fosse servidor ativo) que supere o limite máximo de benefício do RGPS.



Quando não houver mais dependente inválido ou deficiente intelectual se aplica a regra normal.

4. Regime financeiro e métodos de financiamento

Os benefícios de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Aposentadoria por Idade, Aposentadoria Compulsória e Pensão gerada por morte de aposentados são financiados pelo Regime de Capitalização. Tal característica é justificada por serem benefícios de prestação continuada cujos valores são expressivos. As aposentadorias são benefícios programados, enquanto as pensões que se desdobram destes benefícios somente serão concedidas depois de encerrado o período programado que precede a aposentadoria. O presente estudo utilizou o método Agregado como método de capitalização.

Os benefícios de Aposentadoria por Incapacidade Permanente e Pensão gerada por morte de ativos são financiados pelo Regime de Capitalização. Além disto, também são benefícios de prestação continuada e de valor expressivo.

O quadro a seguir resume os Regimes Financeiros e o Método de Capitalização adotado para financiar cada tipo de benefício, conforme a Nota Técnica Atuarial.

Tabela 4.1

Benefícios	Regime Financeiro	Método de capitalização	Responsabilidade do RPPS (Sim/Não)
Aposentadoria por tempo de contribuição	Capitalização	Agregado	Sim
Aposentadoria por idade	Capitalização	Agregado	Sim
Aposentadoria por Incapacidade Permanente	Capitalização	Agregado	Sim
Aposentadoria compulsória	Capitalização	Agregado	Sim
Pensão por morte de servidor em atividade	Capitalização	Agregado	Sim
Pensão por morte de aposentado voluntário ou compulsório	Capitalização	Agregado	Sim
Pensão por morte de aposentado por incapacidade permanente	Capitalização	Agregado	Sim

5. Hipóteses Atuariais e Premissas

As Hipóteses Atuariais e premissas são compostas pelas hipóteses econômicas, estatísticas e biométricas que devem ser adequadas ao RPPS e às características dos segurados.

As hipóteses biométricas compreendem as Tábuas de Composição Familiar, Tábuas de Probabilidades de Mortalidade Geral, de Mortalidade de Incapacidade Permanente e de entrada em incapacidade permanente. As hipóteses econômicas são compostas pela Taxa de Inflação, Taxa Real Anual de Retorno de Investimentos (taxa de juros), Taxa Real Anual de Crescimento Salarial, Taxa Real Anual de Crescimento dos Benefícios, Taxa Real Anual de Crescimento do Benefício Máximo do INSS e Taxa de Despesas Administrativas.

As hipóteses utilizadas se encontram alinhadas com as exigências legais, analisadas e demonstradas suas aderências com a massa em estudo, conforme determinado no artigo 35 da Portaria MTP nº 1.467/2022.

A seguir encontra-se um quadro comparativo com o resumo das principais características das hipóteses financeiras e biométricas do Plano, e as características utilizadas na avaliação anterior.

Tabela 5.1

Premissas	Avaliação anterior	Avaliação atual	Comentário
Rotatividade	Não Aplicado	Não Aplicado	Mantido
Geração futura de novos entrados	Não Aplicado	Não Aplicado	Mantido
Composição Familiar	Probabilidade de 80%	Probabilidade de 80%	Mantido
Tábua de mortalidade*	IBGE-2023 Masc. e Fem.	IBGE-2024 Masc. e Fem.	Alterado
Tábua de entrada em Incapacidade permanente	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Mantido
Tábua de mortalidade de Incapacitados permanentes	IBGE-2023 Masc. e Fem.	IBGE-2024 Masc. e Fem.	Alterado
Inflação	IPCA	IPCA	Mantido
Taxa Real Anual de Retorno de Investimentos**	5,17%	5,59%	Alterado
Taxa Real Anual de Crescimento Salarial	1,00%	1,00%	Mantido
Taxa Real Anual de Crescimento do Benefício	0,00%	0,00%	Mantido
Taxa de Despesas Administrativas***	2,88%	2,88%	Mantido

*Conforme o art.36 da portaria MTP nº 1467/2022, para o limite mínimo será dado entre a tábua anual de mortalidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, segregada obrigatoriamente por sexo, divulgada pela SPREV/ME e a tábua averiguada por meio da comparação entre a Expectativa de Vida (Ex) estimada por essa tábua e aquela gerada pelas tábuas utilizadas na avaliação atuarial, com base na idade média geral do grupo formado por beneficiários do RPPS.

** Utilizado o mínimo entre a taxa parâmetro médio e o esperado pela política anual de investimento do RPPS, ressalvando em casos especiais descritos na Portaria MTP nº 1467/2022.

*** Taxa máxima definida na legislação municipal e em conformidade com a legislação federal.

5.1 Tábuas Biométricas

A Tábua de Entrada em Incapacidade Permanente utilizada foi a Álvaro Vindas. Conforme exigência do artigo 36 da Portaria MTP nº 1.467/2022, foram utilizadas as Tábuas atuais de Mortalidade Geral e de Mortalidade de Incapacitados permanentes segregadas por sexo IBGE-2024 Masc. e Fem.

5.2 Alterações Futuras no Perfil de Composição das Massas

A hipótese de rotatividade é utilizada para estimar a saída de segurados ativos por exoneração ou demissão. Seu efeito imediato nos cálculos atuariais é a redução dos compromissos do plano em decorrência de saída. Por força da Compensação Previdenciárias servidores desligados do plano, ainda em atividade, acarretarão despesas futuras. Por este motivo a hipótese de rotatividade não foi utilizada nos cálculos por ser inadequada a este Plano de Benefício.

No âmbito do serviço público o ingresso de futuros segurados ativos se dá pela realização de concurso público. A realização destes concursos e sua frequência são decorrentes das necessidades de recomposição do quadro de servidores nas funções e atividades eminentemente executadas pela municipalidade, conforme a Constituição Federal. Devido à ausência de periodicidade na realização de concursos públicos, pela impossibilidade de planejamento destes em médio ou longo prazo, e pelas constantes modificações na gestão pública em função de novas tecnologias e metodologias, o presente estudo não estimou populações futuras de segurados ativos.

5.3 Estimativa de Remunerações e Proventos

Para a Taxa Real Anual de Crescimento Salarial foi considerado o valor de 1,00% ao ano para o cálculo, que está em conformidade com o valor mínimo permitido em norma federal. O item 5.3.1 exibe a justificativa do valor da taxa utilizada.

Para a Taxa Real Anual de Crescimento dos Benefícios, foi considerado o valor de 0,00% ao ano para o cálculo, cuja justificativa encontra-se no item 5.3.2 deste relatório.

5.3.1 Taxa Real Anual de Crescimento Salarial

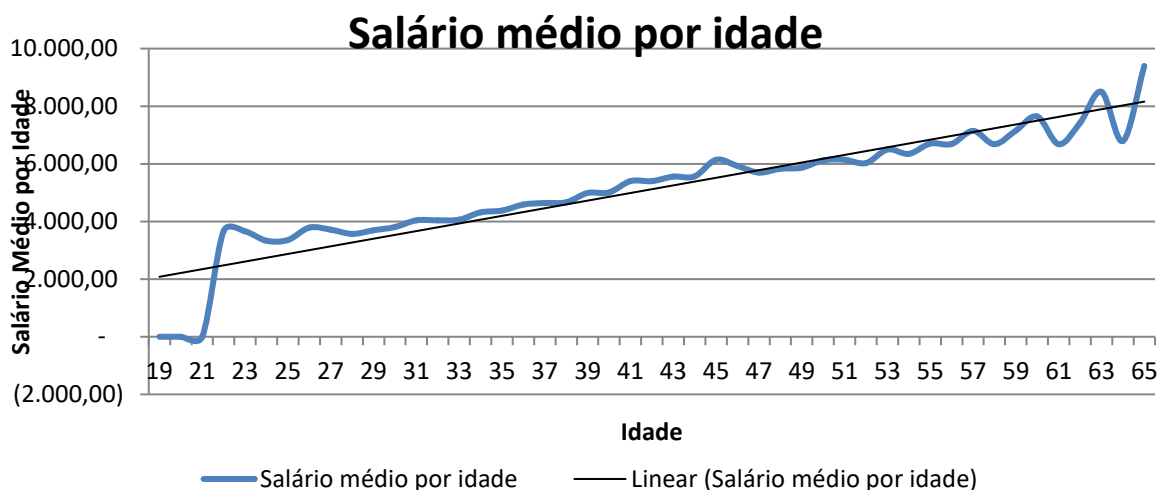
Para estimar a média de crescimento real dos salários dos servidores durante toda a carreira no serviço público municipal de Angra dos Reis, foi aplicado o método descrito a seguir.

Foi calculado o salário médio por faixa etária, a partir do qual foi traçada uma reta de regressão através de um modelo de regressão linear simples (Método dos Mínimos Quadrados).

A partir desta reta, considerando-se a idade esperada de saída da ativa como sendo 65 anos, foi calculada a taxa nominal esperada de evolução salarial por idade até 65 anos.

A média das taxas nominais anuais por idade encontrada foi de 1,81%, a qual foi comparada com a expectativa de inflação para que seja encontrada a taxa real média de crescimento salarial anual.

Foi levada em consideração a expectativa de inflação no valor de 4,50% para os próximos 5 anos, aderente à expectativa do Sistema de Metas para a Inflação do Banco Central do Brasil.



Logo, a taxa real de crescimento salarial por idade encontrada é expressa pelo valor -2,69%, que é inferior à taxa real mínima aceita de 1,00% ao ano definida na Legislação Federal. Por este motivo aplicou-se a taxa mínima de 1,00% ao ano. O gráfico acima ilustra o crescimento nominal do salário por faixa etária.

5.3.2 Taxa Real Anual de Crescimento dos Benefícios

A Taxa Real Anual de Crescimento dos Benefícios foi considerada como 0,0% ao ano. Os benefícios que têm seu reajuste pelas regras de paridade têm a mesma taxa média esperada de crescimento dos salários. Como a estimativa da taxa real anual de crescimento salarial é um valor negativo, o valor da Taxa Anual de Crescimento Real dos Benefícios destes benefícios foi considerado 0,0%. Os benefícios que não se enquadram nas regras de paridade de reajuste têm seus valores evoluídos conforme a inflação. Por este motivo seu crescimento real é zero.

5.4 Taxa Atuarial de Juros

A Taxa de Atuarial de Juros é a taxa a ser utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos futuros de receitas e despesas do RPPS, e deverá ter, como limite máximo, o menor percentual dentre os seguintes:

- Valor projetado da rentabilidade de investimentos dos ativos garantidores vinculados ao RPPS, de acordo com a meta prevista na Política Anual de Investimentos do Ente;
- Taxa de Juros Parâmetro cujo valor correspondente da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média seja o mais próximo à duração do passivo do RPPS.

Os parâmetros e metodologias para cálculo da duração do passivo e determinação da taxa de juros parâmetro são definidos na Portaria MTP nº 1.467/2022, e pela Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média, divulgada anualmente pelo MPS.

O índice de inflação em conjunto a Taxa Atuarial de Juros define a meta atuarial de retorno de investimentos. O valor utilizado nos cálculos para essa taxa real foi de 5,59% ao ano, o valor calculado da Taxa da Estrutura a Termo De Juros Parâmetro, de acordo com o art. 39 da Portaria MTP nº 1.467/2022.

5.5 Entrada em Algum Regime Previdenciário e em Aposentadoria

5.5.1 Idade Estimada de Ingresso em Algum Regime Previdenciário

Foi aplicada a idade de 25 anos como idade de início de contribuição a regimes de previdência social para os servidores que não tiveram as informações referentes ao tempo de contribuição anterior de seu ingresso no município encaminhadas pelo RPPS, conforme o artigo 40 da Portaria MTP nº 1.467/2022.

5.5.2 Idade estimada de entrada em aposentadoria programada.

Será aplicado sobre a idade o tempo que falta para preencher os requisitos para acessar o benefício mais vantajoso ao servidor.

5.6 Composição do Grupo Familiar

Foi considerada a probabilidade de 80% do segurado ativo possuir dependente cônjuge na data focal do estudo.



5.7 Compensação Previdenciária

A Compensação Previdenciária, conhecida por COMPREV, ocorre entre regimes de previdência social. A lei regulamentou a compensação entre o Regime Geral de Previdência Social – RGPS e os Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS. Porém, ainda não há regulamentação desta compensação entre os regimes próprios.

A compensação se torna necessária a partir do momento em que um trabalhador, ao tomar posse em cargo efetivo, ou ao ser exonerado de cargo efetivo, migra de um sistema de previdência social para outro. O sistema no qual o trabalhador ingressou é denominado regime instituidor e o regime de filiação anterior é denominado regime de origem.

A COMPREV visa ressarcir o regime instituidor pelas contribuições do trabalhador a outro regime. O repasse de valores será realizado somente a partir da concessão do benefício, seguindo a metodologia de financiamento do RGPS por Repartição Simples.

Ela é realizada somente em relação aos benefícios de aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria por idade, aposentadoria por incapacidade permanente em decorrência de doença grave, contagiosa ou incurável, moléstia profissional ou acidente de trabalho e pensão por falecimento destes aposentados. Somente os benefícios concedidos a partir da publicação da Constituição Federal, desde que em manutenção em 06 de maio de 1999, serão frutos de compensação.

Os repasses são mensais e vitalícios e devidos a partir da concessão do benefício. Os repasses devidos e não realizados são considerados fluxos passados e segregados em duas parcelas: Lote de Estoque (fluxo entre outubro de 1988 e abril de 1999) e Compensação Previdenciária em Atraso (a partir de maio de 1999).

Conforme o artigo 46 da Portaria MTP nº 1.467, descrito a seguir:

“Art. 46. A avaliação atuarial deverá computar os efeitos da compensação financeira entre os regimes previdenciários, projetando os valores a receber e a pagar pelo RPPS relativos aos benefícios concedidos e a conceder, cujos critérios e a metodologia utilizados deverão ser demonstrados no Relatório da Avaliação Atuarial.”

5.7.1. Compensação previdenciária a receber

Sob a ótica da receita do RPPS, tem-se que a estimativa da COMPREV a receber é oriunda tanto dos segurados ativos que possuem tempo de contribuição a outros regimes previdenciários – principalmente ao INSS – como dos próprios aposentados, cujos processos de entrada junto ao regime previdenciário de origem foram ou não iniciados, ou ainda não deferidos.

Segundo a Portaria MTP nº 1.467/2022, ANEXO VI, artigo 34, Inciso II, o valor total da Compensação Previdenciária (CP) de Benefícios a Conceder será limitado em base de percentual sobre o VPBF do total dos benefícios que podem gerar COMPREV e dos servidores que podem gerar COMPREV. Haverá redução um por cento deste percentual em cada exercício posterior a 2020, até o patamar mínimo estabelecido de 5% pelas normas vigentes.

Tal fato dispõe a importância da informação de COMPREV pró-rata na base cadastral, pois a falta de informação obriga a utilização de hipóteses que contribuem para aumento dos encargos atuariais nas avaliações futuras. Desta forma, o Ente deve sempre resguardar a atualização e qualidade de sua base cadastral com interesse de evitar futuros aumentos de custos.

O RPPS informou o valor do fluxo COMPREV pró-rata, que foi utilizado no processo do cálculo atuarial:

Tabela 5.7.1 (valores em reais)

	Comprev
Médio pro – rata 31/12/2025	1.078,72



5.7.2. Compensação previdenciária a pagar

De mesma forma, o RPPS também pode dever receitas de compensação previdenciária a outros regimes no fato de existências de ex-servidores com tempo de contribuição ao RPPS ou processos de fluxo de COMPREV já deferidos a outros regimes. Desta forma, tal passivo deve ser avaliado de duas formas distintas:

1. Valores de fluxos de COMPREV a pagar de processos já deferidos a outros regimes previdenciários, ou seja, atualmente o RPPS possui fluxo de pagamento mensal a benefícios de outros regimes;
2. Estimativa de COMPREV a pagar referente a todos os ex-servidores que ainda não adquiriram os benefícios de aposentadoria e seriam passíveis de gerar futuramente compensação previdenciária oriunda do RPPS, por ter tido vinculação de cargo efetivo com o Ente e conseqüentemente possuem tempo de contribuição para o RPPS.

5.6 Demais premissas e Hipóteses

5.6.1. Fator de determinação do valor real ao longo do tempo das remunerações

Foi utilizado o valor para a taxa de inflação equivalente a 100% como fator de determinação do valor das remunerações.

5.6.2. Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos proventos e pensões

Foi utilizado o valor para a taxa de inflação equivalente a 100% como fator de determinação do valor dos benefícios.

5.6.3 Estimativa do crescimento real do valor máximo do benefício de contribuição do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).



De acordo com a legislação vigente do RPPS, os benefícios de aposentadoria e pensão geram contribuição apenas sobre a faixa que excede o valor máximo do benefício do RGPS. Por isso, seu crescimento futuro impacta diretamente no nível de contribuição do plano de benefícios ao longo prazo.

Para esta avaliação atuarial foi projetado o índice de 7,00% para o crescimento real do teto de benefícios do RGPS.

6. Análise da base cadastral

A base cadastral com informações individuais dos segurados do plano representa um conjunto de informações fundamentais para a realização de estudos atuariais. Suas características de qualidade, atualização e amplitude influenciam diretamente na precisão dos resultados de cálculos atuariais.

A existência de incoerências ou ausência de informações, além de prejudicar a qualidade dos resultados, prejudica a realização de cálculos matemáticos. Por exemplo, não é possível calcular a idade de uma pessoa sem saber sua data de nascimento.

Por estes motivos, os dados cadastrais sofreram processo minucioso de análise de sua qualidade visando identificar ruídos de informações. As informações consideradas inadequadas ou ausentes poderão ser substituídas por informações escolhidas a partir de hipóteses definidas com critérios técnicos e conservadores. Entende-se por critério conservador aquele que pressiona para a elevação dos custos do plano.

Este capítulo detalha a lista de informações solicitadas para a realização dos estudos atuariais, os arquivos recebidos, os critérios dos testes lógicos de consistência, as hipóteses de substituição de informações com ruídos e uma conclusão sobre a qualidade dos dados. No caso de detecção de ruídos, os anexos irão informar os resultados de forma individual.

De acordo com a legislação federal vigente, é de obrigação do RPPS promover melhorias nos dados, caso estejam incompletos, ou seja, inexistentes, conforme o artigo 47 da Portaria MTP nº 1.467/2022, além da realização de recadastramento a cada cinco anos, conforme Lei nº 10.887/2004.

6.1 Dados fornecidos e sua descrição

6.1.1 Dados solicitados

As tabelas a seguir demonstram a característica dos dados individuais solicitados referentes aos servidores ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes.

6.1.1.1 Servidores Ativos

Tabela 6.1.1.1

#	Nome do Campo	Formato
1	Composição da massa	Código (De 1 a 2, conforme instrução de preenchimento de dados.
2	Tipo de fundo	Código (De 1 a 3, conforme instrução de preenchimento de dados.
3	CNPJ do órgão ou entidade a qual o servidor está vinculado, conforme informado no DIPR	Alfanumérico
4	Nome do Órgão/Entidade	Caractere
5	Poder do Órgão/Entidade	Código (De 1 a 6, conforme instrução de preenchimento de dados.
6	Tipo de poder do Órgão/Entidade	Código (De 1 a 2, conforme instrução de preenchimento de dados.
7	Tipo de população coberta	Código (De 1, 2, 3 e 8, conforme instrução de preenchimento de dados.
8	Tipo de cargo	Código (De 1 a 8, conforme instrução de preenchimento de dados.
9	Critério de Elegibilidade	Código (De 1 a 8, conforme instrução de preenchimento de dados.
10	Identificação do Servidor (Matrícula)	Alfanumérico
11	Identificação do Servidor (CPF)	Alfanumérico
12	Identificação do Servidor (PIS/PASEP)	Alfanumérico
13	Sexo do servidor	Código (De 1 a 2, conforme instrução de preenchimento de dados.
14	Estado civil do servidor	Código (De 1 a 9, conforme instrução de preenchimento de dados.
15	Data de nascimento do servidor	dd/mm/aaaa
16	Situação funcional do servidor	Código (De 1 a 11, conforme instrução de preenchimento de dados.
17	Tipo de vínculo	Código (De 1 a 4, conforme instrução de preenchimento de dados.
18	Data de ingresso no serviço público	dd/mm/aaaa
19	Data de ingresso no Ente	dd/mm/aaaa
20	Data de ingresso na carreira atual	dd/mm/aaaa
21	Nome da carreira atual	caractere
22	Data de início de exercício no cargo atual	dd/mm/aaaa
23	Nome do cargo atual	caractere



#	Nome do Campo	Formato
24	SRC	Numérico com duas casas decimais
25	SRB	Numérico com duas casas decimais
26	Remuneração total do servidor	Numérico com duas casas decimais
27	Contribuição Mensal	Numérico com duas casas decimais
28	Tempo de contribuição do servidor para o RGPS, anterior à admissão no Ente	Numérico sem casas decimais
29	Tempo de contribuição do servidor para outros RPPS "RPPS da esfera municipal", anterior à admissão no Ente	Numérico sem casas decimais
30	Tempo de contribuição do servidor para outros RPPS "RPPS da esfera estadual", anterior à admissão no Ente	Numérico sem casas decimais
31	Tempo de contribuição do servidor para outros RPPS "RPPS da esfera federal", anterior à admissão no Ente	Numérico sem casas decimais
32	Número de dependentes do servidor	Numérico sem casas decimais
33	Indicador de abono de permanência	Código (De 1 a 2, conforme instrução de preenchimento de dados.
34	Data de início do abono de permanência	dd/mm/aaaa
35	Indicador de Previdência Complementar	Código (De 1 a 2, conforme instrução de preenchimento de dados.
36	Teto Constitucional remuneratório específico (dos servidores do respectivo poder)	Numérico com duas casas decimais

6.1.1.2 Servidores Aposentados

Tabela 6.1.1.2

#	Nome do Campo	Formato
1	Composição da massa	Código (De 1 a 2, conforme instrução de preenchimento de dados.
2	Tipo de fundo	Código (De 1 a 3, conforme instrução de preenchimento de dados.
3	CNPJ do órgão ou entidade a qual o servidor está vinculado, conforme informado no DIPR	Alfanumérico
4	Nome do Órgão/Entidade	caractere
5	Poder do Órgão/Entidade	Código (De 1 a 6, conforme instrução de preenchimento de dados.
6	Tipo de poder do Órgão/Entidade	Código (De 1 a 2, conforme instrução de preenchimento de dados.
7	Tipo de população coberta	Código (4 e 9, conforme instrução de preenchimento de dados.
8	Tipo de cargo	Código (De 1 a 8, conforme instrução de preenchimento de dados.
9	Tipo de aposentadoria	Código (De 1 a 10, conforme instrução de preenchimento de dados.
10	Identificação do aposentado (Matrícula)	Alfanumérico
11	Identificação do aposentado (CPF)	Alfanumérico
12	Identificação do aposentado (PIS/PASEP)	Alfanumérico
13	Sexo do aposentado	Código (De 1 a 2, conforme instrução de preenchimento de dados.
14	Estado civil do aposentado	Código (De 1 a 9, conforme instrução de preenchimento de dados.
15	Data de nascimento do aposentado	dd/mm/aaaa
16	Data de ingresso no serviço público	dd/mm/aaaa
17	Data de ingresso no Ente	dd/mm/aaaa
18	Data de início do benefício de aposentadoria	dd/mm/aaaa
19	Valor mensal do benefício de aposentadoria	Numérico com duas casas decimais
20	Valor mensal da contribuição previdenciária	Numérico com duas casas decimais
21	COMPREV situação	Código (De 0 a 9, conforme instrução de preenchimento de dados.
22	Valor mensal da compensação previdenciária (COMPREV) pró-rata	Numérico com duas casas decimais
23	Indicador de paridade com servidores ativos	Código (De 1 a 2, conforme instrução de preenchimento de dados.
24	Condição do aposentado	Código (De 1 a 2, conforme instrução de preenchimento de dados.
25	Número de dependentes do aposentado	Numérico sem casas decimais
26	Tempo de contribuição do servidor para o RGPS, anterior à admissão no Ente	Numérico sem casas decimais
27	Tempo de contribuição do servidor para outros RPPS "RPPS da esfera municipal", anterior à admissão no Ente	Numérico sem casas decimais
28	Tempo de contribuição do servidor para outros RPPS "RPPS da esfera estadual", anterior à admissão no Ente	Numérico sem casas decimais



#	Nome do Campo	Formato
29	Tempo de contribuição do servidor para outros RPPS "RPPS da esfera federal", anterior à admissão no Ente	Numérico sem casas decimais
30	Indicador de previdência complementar	Código (De 1 a 2, conforme instrução de preenchimento de dados.
31	Teto constitucional remuneratório específico (dos servidores do respectivo poder)	Numérico com duas casas decimais

6.1.1.3. Pensionistas

Tabela 6.1.1.3

#	Nome do Campo	Formato
1	Composição da massa do servidor instituidor	Código (De 1 a 2, conforme instrução de preenchimento de dados.
2	Tipo de fundo do servidor instituidor	Código (De 1 a 3, conforme instrução de preenchimento de dados.
3	CNPJ do órgão ou entidade a qual o servidor instituidor está vinculado, conforme informado no DIPR	Alfanumérico
4	Nome do Órgão/Entidade do servidor instituidor	caractere
5	Poder do Órgão/Entidade do servidor instituidor	Código (De 1 a 6, conforme instrução de preenchimento de dados.
6	Tipo de poder do Órgão/Entidade do servidor instituidor	Código (De 1 a 2, conforme instrução de preenchimento de dados.
7	Tipo de instituidor	Código (De 1 a 4, conforme instrução de preenchimento de dados.
8	Identificação do servidor instituidor da pensão (Matrícula)	Alfanumérico
9	Identificação do servidor instituidor da pensão (CPF)	Alfanumérico
10	Identificação do servidor instituidor da pensão (PIS/PASEP)	Alfanumérico
11	Sexo do instituidor da pensão	Código (De 1 a 2, conforme instrução de preenchimento de dados.
12	Data de nascimento do instituidor da pensão	dd/mm/aaaa
13	Data de falecimento do instituidor da pensão	dd/mm/aaaa
14	Data de início de benefício do instituidor da pensão	dd/mm/aaaa
15	Identificação do pensionista (Matrícula)	Alfanumérico
16	Identificação do pensionista (CPF)	Alfanumérico
17	Sexo do pensionista	Código (De 1 a 2, conforme instrução de preenchimento de dados.
18	Data de nascimento do pensionista	dd/mm/aaaa
19	Tipo de relação dos pensionistas com o servidor instituidor	Código (De 1 a 6, conforme instrução de preenchimento de dados.
20	Data de início do benefício da pensão	dd/mm/aaaa
21	Valor da mensal do benefício de pensão	Numérico com duas casas decimais
22	Valor total da pensão	Numérico com duas casas decimais
23	Valor percentual (%) da quota recebida pelo pensionista	Percentual com duas casas decimais
24	Valor mensal da contribuição previdenciária	Numérico com duas casas decimais
25	Valor mensal da compensação previdenciária (COMPREV pró-rata)	Numérico com duas casas decimais
26	Indicador de paridade com servidores ativos	Código (De 1 a 2, conforme instrução de preenchimento de dados.
27	Condição do pensionista	Código (De 1 a 2, conforme instrução de preenchimento de dados.
28	Duração do benefício de pensão	Código (De 1 a 2, conforme instrução de preenchimento de dados.
29	Tempo de duração da pensão	Numérico sem casas decimais



#	Nome do Campo	Formato
30	Indicador de Previdência Complementar	Código (De 1 a 2, conforme instrução de preenchimento de dados.
31	Teto Constitucional	Numérico com duas casas decimais

6.1.2 Dados recebidos

O Instituto de Previdência Social de Angra dos Reis forneceu uma base de dados em 13 de janeiro de 2026 por meio magnético contendo os dados cadastrais dos servidores ativos, servidores aposentados, seus dependentes e pensionistas.

Conforme declaração do RPPS, os dados da base são referentes à 31/12/2025.

6.1.2.1 Servidores Ativos

Ordem	Campo Solicitado	Recebido	Formato Legível
1	Composição da massa	Sim	Ok
2	Tipo de fundo	Sim	Ok
3	CNPJ do órgão ou entidade a qual o servidor está vinculado, conforme informado no DIPR	Sim	Ok
4	Nome do Órgão/Entidade	Sim	Ok
5	Poder do Órgão/Entidade	Sim	Ok
6	Tipo de poder do Órgão/Entidade	Sim	Ok
7	Tipo de população coberta	Sim	Ok
8	Tipo de cargo	Sim	Ok
9	Critério de Elegibilidade	Sim	Ok
10	Identificação do Servidor (Matrícula)	Sim	Ok
11	Identificação do Servidor (CPF)	Sim	Ok
12	Identificação do Servidor (PIS/PASEP)	Sim	Ok
13	Sexo do servidor	Sim	Ok
14	Estado civil do servidor	Sim	Ok
15	Data de nascimento do servidor	Sim	Ok
16	Situação funcional do servidor	Sim	Ok
17	Tipo de vínculo	Sim	Ok
18	Data de ingresso no serviço público	Sim	Ok
19	Data de ingresso no Ente	Sim	Ok
20	Data de ingresso na carreira atual	Sim	Ok
21	Nome da carreira atual	Sim	Ok
22	Data de início de exercício no cargo atual	Sim	Ok



Ordem	Campo Solicitado	Recebido	Formato Legível
23	Nome do cargo atual	Sim	Ok
24	SRC	Sim	Ok
25	SRB	Sim	Ok
26	Remuneração total do servidor	Sim	Ok
27	Contribuição Mensal	Sim	Ok
28	Tempo de contribuição do servidor para o RGPS, anterior à admissão no Ente	Sim	Ok
29	Tempo de contribuição do servidor para outros RPPS "RPPS da esfera municipal", anterior à admissão no Ente	Sim	Ok
30	Tempo de contribuição do servidor para outros RPPS "RPPS da esfera estadual", anterior à admissão no Ente	Sim	Ok
31	Tempo de contribuição do servidor para outros RPPS "RPPS da esfera federal", anterior à admissão no Ente	Sim	Ok
32	Número de dependentes do servidor	Sim	Ok
33	Indicador de abono de permanência	Sim	Ok
34	Data de início do abono de permanência	Sim	Ok
35	Indicador de Previdência Complementar	Sim	Ok
36	Teto Constitucional remuneratório específico (dos servidores do respectivo poder)	Sim	Ok

6.1.2.2. Servidores Aposentados

Ordem	Campo Solicitado	Recebido	Formato
1	Composição da massa	Sim	Ok
2	Tipo de fundo	Sim	Ok
3	CNPJ do órgão ou entidade a qual o servidor está vinculado, conforme informado no DIPR	Sim	Ok
4	Nome do Órgão/Entidade	Sim	Ok
5	Poder do Órgão/Entidade	Sim	Ok
6	Tipo de poder do Órgão/Entidade	Sim	Ok
7	Tipo de população coberta	Sim	Ok
8	Tipo de cargo	Sim	Ok
9	Tipo de aposentadoria	Sim	Ok
10	Identificação do aposentado (Matrícula)	Sim	Ok
11	Identificação do aposentado (CPF)	Sim	Ok
12	Identificação do aposentado (PIS/PASEP)	Sim	Ok
13	Sexo do aposentado	Sim	Ok
14	Estado civil do aposentado	Sim	Ok
15	Data de nascimento do aposentado	Sim	Ok
16	Data de ingresso no serviço público	Sim	Ok
17	Data de ingresso no Ente	Sim	Ok
18	Data de início do benefício de aposentadoria	Sim	Ok



Ordem	Campo Solicitado	Recebido	Formato
19	Valor mensal do benefício de aposentadoria	Sim	Ok
20	Valor mensal da contribuição previdenciária	Sim	Ok
21	COMPREV situação	Sim	Ok
22	Valor mensal da compensação previdenciária (COMPREV) pró-rata	Sim	Ok
23	Indicador de paridade com servidores ativos	Sim	Ok
24	Condição do aposentado	Sim	Ok
25	Número de dependentes do aposentado	Sim	Ok
26	Tempo de contribuição do servidor para o RGPS, anterior à admissão no Ente	Sim	Ok
27	Tempo de contribuição do servidor para outros RPPS "RPPS da esfera municipal", anterior à admissão no Ente	Sim	Ok
28	Tempo de contribuição do servidor para outros RPPS "RPPS da esfera estadual", anterior à admissão no Ente	Sim	Ok
29	Tempo de contribuição do servidor para outros RPPS "RPPS da esfera federal", anterior à admissão no Ente	Sim	Ok
30	Indicador de previdência complementar	Sim	Ok
31	Teto constitucional remuneratório específico (dos servidores do respectivo poder)	Sim	Ok

6.1.2.3. Pensionistas

Ordem	Campo Solicitado	Recebido	Formato
1	Composição da massa do servidor instituidor	Sim	Ok
2	Tipo de fundo do servidor instituidor	Sim	Ok
3	CNPJ do órgão ou entidade a qual o servidor instituidor está vinculado, conforme informado no DIPR	Sim	Ok
4	Nome do Órgão/Entidade do servidor instituidor	Sim	Ok
5	Poder do Órgão/Entidade do servidor instituidor	Sim	Ok
6	Tipo de poder do Órgão/Entidade do servidor instituidor	Sim	Ok
7	Tipo de instituidor	Sim	Ok
8	Identificação do servidor instituidor da pensão (Matrícula)	Sim	Ok
9	Identificação do servidor instituidor da pensão (CPF)	Sim	Ok
10	Identificação do servidor instituidor da pensão (PIS/PASEP)	Sim	Ok
11	Sexo do instituidor da pensão	Sim	Ok
12	Data de nascimento do instituidor da pensão	Sim	Ok
13	Data de falecimento do instituidor da pensão	Sim	Ok
14	Data de início de benefício do instituidor da pensão	Sim	Ok
15	Identificação do pensionista (Matrícula)	Sim	Ok
16	Identificação do pensionista (CPF)	Sim	Ok
17	Sexo do pensionista	Sim	Ok

Ordem	Campo Solicitado	Recebido	Formato
18	Data de nascimento do pensionista	Sim	Ok
19	Tipo de relação dos pensionistas com o servidor instituidor	Sim	Ok
20	Data de início do benefício da pensão	Sim	Ok
21	Valor da mensal do benefício de pensão	Sim	Ok
22	Valor total da pensão	Sim	Ok
23	Valor percentual (%) da quota recebida pelo pensionista	Sim	Ok
24	Valor mensal da contribuição previdenciária	Sim	Ok
25	Valor mensal da compensação previdenciária (COMPREV pró-rata)	Sim	Ok
26	Indicador de paridade com servidores ativos	Sim	Ok
27	Condição do pensionista	Sim	Ok
28	Duração do benefício de pensão	Sim	Ok
29	Tempo de duração da pensão	Sim	Ok
30	Indicador de Previdência Complementar	Sim	Ok
31	Teto Constitucional	Sim	Ok

6.2 Servidores Afastados ou Cedidos

Foi solicitado ao RPPS que os servidores cedidos ou afastados estejam contidos no cadastro dos servidores ativos. Como não foram apresentadas diferenciação de direitos e obrigações ou compromissos previdenciários, foram tratados juntamente com os demais servidores.

6.3 Análise da qualidade da base cadastral

6.3.1 Atualização

Conforme declaração do RPPS por correio eletrônico em 13 de janeiro de 2026, os dados da base cadastral fornecidos são referentes à data focal de 31/12/2025.

O último censo previdenciário foi realizado em 25 de março de 2022, conforme informação disponibilizada pelo RPPS no questionário recebido dia 26 de dezembro de 2024.

6.3.2 Amplitude

Os quadros abaixo representam estatísticas básicas dos dados recebidos, comparativo em relação ao exercício anterior e comparativo com o Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR, analisando as variações.

Há evidências de que a base cadastral contempla os segurados de todos os patrocinadores do Ente, tendo em vista o comparativo com informações do DIPR no item 6.3.3.

6.3.2.1. Comparativo em relação à base cadastral do Exercício anterior

Na análise comparativa com a base de dados utilizada na Avaliação Atuarial anterior foi constatado um aumento da folha mensal dos segurados ativos em 8,76%, enquanto sua quantidade aumentou em 0,74%. Na folha de aposentados a variação positiva foi de 15,17% no mesmo período, e na quantidade de aposentadorias houve um aumento de 5,69%. Os pensionistas tiveram um aumento de folha na ordem de 7,43% e a sua quantidade aumentou 1,04%.

Tabela 6.3.2.1

Dados		dez/24	dez/25	Variação
Quantidade	Ativos	5.811	5.854	0,74%
	Aposentados	1.898	2.006	5,69%
	Pensionistas	386	390	1,04%
Folha mensal (R\$)	Ativos	31.337.142,98	34.081.492,92	8,76%
	Aposentados	15.260.164,62	17.575.028,68	15,17%
	Pensionistas	1.752.791,45	1.883.015,63	7,43%
Valor médio (R\$)	Ativos	5.392,73	5.821,92	7,96%
	Aposentados	8.040,13	8.761,23	8,97%
	Pensionistas	4.540,91	4.828,25	6,33%

6.3.3 Comparativo com DIPR

A base de dados utilizada para esse Avaliação Atuarial foi comparada a informações contidas no Demonstrativo de Informações e Repasses (DIPR) dezembro do mesmo ano. Na quantidade de ativos foi constatado um aumento de 2,92% e sua folha diminuiu em 4,33%. Quanto à quantidade de aposentados, a

variação negativa foi de 0,74% e, na folha dos aposentados, houve uma redução de 6,73%. Os pensionistas tiveram uma redução na quantidade de 0,51% e sua folha diminuiu na ordem de 5,30%.

Tabela 6.3.3.1

Dados		DIPR	dez/25	Variação	Diferença
Quantidade	Ativos	5.688	5.854	2,92%	166
	Aposentados	2.021	2.006	-0,74%	-15
	Pensionistas	392	390	-0,51%	-2
Folha mensal (R\$)	Ativos	35.625.070,35	34.081.492,92	-4,33%	-1.543.577,43
	Aposentados	18.842.968,65	17.575.028,68	-6,73%	-1.267.939,97
	Pensionistas	1.988.350,07	1.883.015,63	-5,30%	-105.334,44

*Informações retiradas do demonstrativo mais recente do CADPREV até a data de elaboração deste relatório. DIPR referente ao mês nov/25

A Base de dados recebida contempla todos os órgãos presentes no relatório de entrada de dados do DIPR.

Tabela 6.3.3.2

Nº CNPJ*	Nome do Órgão*	Tipo
29.831.716/0001-12	ANGRA DOS REIS CAMARA MUNICIPAL	Legislativo
10.590.600/0001-00	INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE ANGRA DOS REIS - ANGRAPREV	Executivo
04.867.429/0001-31	SERVICO AUTONOMO DE CAPTACAO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO - SAAE	Executivo
29.172.467/0001-09	MUNICIPIO DE ANGRA DOS REIS	Executivo
07.167.247/0001-46	Fundação de Saúde de Angra dos Reis	Executivo

*Informações retiradas do demonstrativo mais recente do CADPREV até a data de elaboração deste relatório. DIPR referente ao mês nov/25

6.3.4 Consistência e completude

As informações sofreram um minucioso processo de crítica visando detectar eventuais incoerências e ausências de dados. É importante observar que algumas destas informações são consideradas suspeitas de inconsistências, pois algum fator alheio ao nosso conhecimento poderá justificar sua ocorrência.

A seguir são apresentados os níveis de inconsistência e completude da análise crítica dos dados.

6.3.4.1 Servidores Ativos

A tabela abaixo apresenta as informações, referentes aos servidores ativos, demonstrando o número de ocorrências e o percentual em relação à base de dados recebidas dos servidores ativos.

Ordem	Campo Solicitado	Quantidade de Registros sem informação ou inconsistentes	Percentual sem informação ou inconsistentes
1	Composição da massa	0	0,00%
2	Tipo de fundo	0	0,00%
3	CNPJ do órgão ou entidade a qual o servidor está vinculado, conforme informado no DIPR	0	0,00%
4	Nome do Órgão/Entidade	0	0,00%
5	Poder do Órgão/Entidade	0	0,00%
6	Tipo de poder do Órgão/Entidade	0	0,00%
7	Tipo de população coberta	0	0,00%
8	Tipo de cargo	0	0,00%
9	Critério de Elegibilidade	0	0,00%
10	Identificação do Servidor (Matrícula)	0	0,00%
11	Identificação do Servidor (CPF)	0	0,00%
12	Identificação do Servidor (PIS/PASEP)	0	0,00%
13	Sexo do servidor	0	0,00%
14	Estado civil do servidor	0	0,00%
15	Data de nascimento do servidor	0	0,00%
16	Situação funcional do servidor	0	0,00%
17	Tipo de vínculo	0	0,00%
18	Data de ingresso no serviço público	0	0,00%
19	Data de ingresso no Ente	0	0,00%
20	Data de ingresso na carreira atual	0	0,00%
21	Nome da carreira atual	0	0,00%
22	Data de início de exercício no cargo atual	0	0,00%

Ordem	Campo Solicitado	Quantidade de Registros sem informação ou inconsistentes	Percentual sem informação ou inconsistentes
23	Nome do cargo atual	0	0,00%
24	SRC	0	0,00%
25	SRB	0	0,00%
26	Remuneração total do servidor	0	0,00%
27	Contribuição Mensal	0	0,00%
28	Tempo de contribuição do servidor para o RGPS, anterior à admissão no Ente	5.524	94,36%
29	Tempo de contribuição do servidor para outros RPPS "RPPS da esfera municipal", anterior à admissão no Ente	5.694	97,27%
30	Tempo de contribuição do servidor para outros RPPS "RPPS da esfera estadual", anterior à admissão no Ente	0	0,00%
31	Tempo de contribuição do servidor para outros RPPS "RPPS da esfera federal", anterior à admissão no Ente	0	0,00%
32	Número de dependentes do servidor	0	0,00%
33	Indicador de abono de permanência	0	0,00%
34	Data de início do abono de permanência	0	0,00%
35	Indicador de Previdência Complementar	0	0,00%
36	Teto Constitucional remuneratório específico (dos servidores do respectivo poder)	0	0,00%

6.3.4.2 Servidores aposentados

A tabela abaixo apresenta as informações solicitadas, referentes aos aposentados e servidores aposentados por incapacidade permanente, demonstrando o número de ocorrências e o percentual em relação à base de dados recebidas.

Ordem	Campo Solicitado	Quantidade de Registros sem informação ou inconsistentes	Percentual sem informação ou inconsistentes
1	Composição da massa	0	0,00%
2	Tipo de fundo	0	0,00%
3	CNPJ do órgão ou entidade a qual o servidor está vinculado, conforme informado no DIPR	0	0,00%
4	Nome do Órgão/Entidade	0	0,00%
5	Poder do Órgão/Entidade	0	0,00%
6	Tipo de poder do Órgão/Entidade	0	0,00%



Ordem	Campo Solicitado	Quantidade de Registros sem informação ou inconsistentes	Percentual sem informação ou inconsistentes
7	Tipo de população coberta	0	0,00%
8	Tipo de cargo	0	0,00%
9	Tipo de aposentadoria	0	0,00%
10	Identificação do aposentado (Matrícula)	0	0,00%
11	Identificação do aposentado (CPF)	0	0,00%
12	Identificação do aposentado (PIS/PASEP)	7	0,35%
13	Sexo do aposentado	0	0,00%
14	Estado civil do aposentado	0	0,00%
15	Data de nascimento do aposentado	0	0,00%
16	Data de ingresso no serviço público	0	0,00%
17	Data de ingresso no Ente	0	0,00%
18	Data de início do benefício de aposentadoria	0	0,00%
19	Valor mensal do benefício de aposentadoria	0	0,00%
20	Valor mensal da contribuição previdenciária	0	0,00%
21	COMPREV situação	38	1,89%
22	Valor mensal da compensação previdenciária (COMPREV) pró-rata	1.364	68,00%
23	Indicador de paridade com servidores ativos	0	0,00%
24	Condição do aposentado	0	0,00%
25	Número de dependentes do aposentado	0	0,00%
26	Tempo de contribuição do servidor para o RGPS, anterior à admissão no Ente	1.146	57,13%
27	Tempo de contribuição do servidor para outros RPPS "RPPS da esfera municipal", anterior à admissão no Ente	1.915	95,46%
28	Tempo de contribuição do servidor para outros RPPS "RPPS da esfera estadual", anterior à admissão no Ente	0	0,00%
29	Tempo de contribuição do servidor para outros RPPS "RPPS da esfera federal", anterior à admissão no Ente	0	0,00%
30	Indicador de previdência complementar	0	0,00%
31	Teto constitucional remuneratório específico (dos servidores do respectivo poder)	0	0,00%

6.3.4.3 Pensionistas

A tabela abaixo apresenta as informações solicitadas, referentes aos pensionistas, demonstrando o número de ocorrências e o percentual em relação à base de dados recebidas.

Ordem	Campo Solicitado	Quantidade de Registros sem informação ou inconsistentes	Percentual sem informação ou inconsistentes
1	Composição da massa do servidor instituidor	0	0,00%
2	Tipo de fundo do servidor instituidor	0	0,00%
3	CNPJ do órgão ou entidade a qual o servidor instituidor está vinculado, conforme informado no DIPR	0	0,00%
4	Nome do Órgão/Entidade do servidor instituidor	0	0,00%
5	Poder do Órgão/Entidade do servidor instituidor	0	0,00%
6	Tipo de poder do Órgão/Entidade do servidor instituidor	0	0,00%
7	Tipo de instituidor	0	0,00%
8	Identificação do servidor instituidor da pensão (Matrícula)	0	0,00%
9	Identificação do servidor instituidor da pensão (CPF)	3	0,77%
10	Identificação do servidor instituidor da pensão (PIS/PASEP)	6	1,54%
11	Sexo do instituidor da pensão	0	0,00%
12	Data de nascimento do instituidor da pensão	0	0,00%
13	Data de falecimento do instituidor da pensão	0	0,00%
14	Data de início de benefício do instituidor da pensão	0	0,00%
15	Identificação do pensionista (Matrícula)	0	0,00%
16	Identificação do pensionista (CPF)	0	0,00%
17	Sexo do pensionista	0	0,00%
18	Data de nascimento do pensionista	0	0,00%
19	Tipo de relação dos pensionistas com o servidor instituidor	0	0,00%
20	Data de início do benefício da pensão	0	0,00%
21	Valor da mensal do benefício de pensão	0	0,00%
22	Valor total da pensão	0	0,00%
23	Valor percentual (%) da quota recebida pelo pensionista	0	0,00%
24	Valor mensal da contribuição previdenciária	0	0,00%

Ordem	Campo Solicitado	Quantidade de Registros sem informação ou inconsistentes	Percentual sem informação ou inconsistentes
25	Valor mensal da compensação previdenciária (COMPREV pró-rata)	364	93,33%
26	Indicador de paridade com servidores ativos	0	0,00%
27	Condição do pensionista	0	0,00%
28	Duração do benefício de pensão	0	0,00%
29	Tempo de duração da pensão	0	0,00%
30	Indicador de Previdência Complementar	0	0,00%
31	Teto Constitucional	0	0,00%

6.4 Descrição das premissas adotadas para ajuste técnico da base cadastral

A partir de uma análise crítica da base de dados, referentes aos servidores ativos, aposentados, pensionistas e dependentes, são apontadas eventuais incoerências e ausências que impossibilitam o seguimento do cálculo. Em consequência é feito um tratamento destes dados para prosseguimento do cálculo atuarial.

Vale ressaltar a importância de os dados enviados serem fidedignos para que o cálculo atuarial represente a realidade do município.

A seguir estão apresentadas as premissas de ajuste dos dados a serem utilizados.

6.4.1. Critérios de ajustes na base cadastral dos servidores ativos:

Tabela 6.4.1

Ordem	Campo Solicitado	Critério de ajuste da Base Cadastral
1	Composição da massa	Não é adotada nenhuma hipótese
2	Tipo de fundo	Será feito a segregação com base na lei
3	CNPJ do órgão ou entidade a qual o servidor está vinculado, conforme informado no DIPR	Será considerado da Prefeitura Municipal
4	Nome do Órgão/Entidade	Será considerado da Prefeitura Municipal
5	Poder do Órgão/Entidade	Será considerado da Prefeitura Municipal



Ordem	Campo Solicitado	Critério de ajuste da Base Cadastral
6	Tipo de poder do Órgão/Entidade	Será considerado da Prefeitura Municipal
7	Tipo de população coberta	Não é adotada nenhuma hipótese
8	Tipo de cargo	Professor do ensino fundamental e médio
9	Critério de Elegibilidade	Elegibilidade como professor do ensino fundamental e médio
10	Identificação do Servidor (Matrícula)	Não é adotada nenhuma hipótese
11	Identificação do Servidor (CPF)	Não é adotada nenhuma hipótese
12	Identificação do Servidor (PIS/PASEP)	Não é adotada nenhuma hipótese
13	Sexo do servidor	Sexo feminino
14	Estado civil do servidor	Casado
15	Data de nascimento do servidor	Média de Idade por Sexo
16	Situação funcional do servidor	Válido
17	Tipo de vínculo	Servidor Efetivo
18	Data de ingresso no serviço público	Média de Idade de Ingresso
19	Data de ingresso no Ente	Igual à data de Ingresso no Serviço Público
20	Data de ingresso na carreira atual	Igual à data de Ingresso no Ente
21	Nome da carreira atual	Não é adotada nenhuma hipótese
22	Data de início de exercício no cargo atual	Igual à data de Ingresso na carreira atual
23	Nome do cargo atual	Não é adotada nenhuma hipótese
24	SRC	Média Salarial por Cargo e Sexo
25	SRB	Igual ao SRC
26	Remuneração total do servidor	Média Salarial por Cargo e Sexo
27	Contribuição Mensal	Calculado com base na alíquota de contribuição sobre o SRC
28	Tempo de contribuição do servidor para o RGPS, anterior à admissão no Ente	Média de Idade de Ingresso

Ordem	Campo Solicitado	Critério de ajuste da Base Cadastral
29	Tempo de contribuição do servidor para outros RPPS "RPPS da esfera municipal", anterior à admissão no Ente	É considerado nenhum tempo anterior
30	Tempo de contribuição do servidor para outros RPPS "RPPS da esfera estadual", anterior à admissão no Ente	É considerado nenhum tempo anterior
31	Tempo de contribuição do servidor para outros RPPS "RPPS da esfera federal", anterior à admissão no Ente	É considerado nenhum tempo anterior
32	Número de dependentes do servidor	Considerada a hipótese de 80% de chance de ter dependente na data focal
33	Indicador de abono de permanência	Não é adotada nenhuma hipótese
34	Data de início do abono de permanência	Não é adotada nenhuma hipótese
35	Indicador de Previdência Complementar	Não é adotada nenhuma hipótese
36	Teto Constitucional remuneratório específico (dos servidores do respectivo poder)	Não é adotada nenhuma hipótese

6.4.2 Critérios de ajustes na Base de Dados dos servidores aposentados

Tabela 6.4.2

Ordem	Campo Solicitado	Critério de ajuste da Base Cadastral
1	Composição da massa	Não é adotada nenhuma hipótese
2	Tipo de fundo	Será feita a segregação utilizando a lei de Custeio do Plano de Benefícios
3	CNPJ do órgão ou entidade a qual o servidor está vinculado, conforme informado no DIPR	Considerado da Prefeitura Municipal
4	Nome do Órgão/Entidade	Considerado da Prefeitura Municipal
5	Poder do Órgão/Entidade	Considerado da Prefeitura Municipal
6	Tipo de poder do Órgão/Entidade	Considerado da Prefeitura Municipal
7	Tipo de população coberta	Não é adotada nenhuma hipótese
8	Tipo de cargo	Professor do ensino fundamental e médio
9	Tipo de aposentadoria	Para homem menor de 55 anos e mulher menor de 50 anos na data de início de benefício com código diferente de 4: Aposentadoria por Incapacidade Permanente



Ordem	Campo Solicitado	Critério de ajuste da Base Cadastral
		Demais inconsistências: Aposentadoria Programada
10	Identificação do aposentado (Matrícula)	Não é adotada nenhuma hipótese
11	Identificação do aposentado (CPF)	Não é adotada nenhuma hipótese
12	Identificação do aposentado (PIS/PASEP)	Não é adotada nenhuma hipótese
13	Sexo do aposentado	Sexo Feminino
14	Estado civil do aposentado	Casado
15	Data de nascimento do aposentado	Valor fixo de 65 anos para o Sexo masculino e 60 anos para o Sexo feminino
16	Data de ingresso no serviço público	Admitido com 18 anos
17	Data de ingresso no Ente	Admitido com 18 anos
18	Data de início do benefício de aposentadoria	Média de Idade de Data de Início de Benefício por Sexo
19	Valor mensal do benefício de aposentadoria	Média do Benefício por Cargo e Sexo
20	Valor mensal da contribuição previdenciária	Calculado com base na alíquota de contribuição que supera o valor máximo do RGPS
21	COMPREV situação	Para código diferente de 8 e Comprev valor maior que 0: Enviado requerimento ao INSS - deferido Outras inconsistências: Enviado ao TCE/TCM, aguardando resposta
22	Valor mensal da compensação previdenciária (COMPREV) pró-rata	Maior que valor máximo de referência: apagar Informações Não é número ou é negativo: manter vazio
23	Indicador de paridade com servidores ativos	1 para Data de Início de Benefício menor que 31/12/2003. 2 para Data de Início de Benefício Maior que 31/12/2003
24	Condição do aposentado	Considerado Válido
25	Número de dependentes do aposentado	Considerada a hipótese de 80% de chance de ter dependente na data focal
26	Tempo de contribuição do servidor para o RGPS, anterior à admissão no Ente	Não informado: Manter Vazio Demais inconsistências: Apagar Informações
27	Tempo de contribuição do servidor para outros RPPS "RPPS da esfera municipal", anterior à admissão no Ente	Não informado: Manter Vazio Demais inconsistências: Apagar Informações

Ordem	Campo Solicitado	Critério de ajuste da Base Cadastral
28	Tempo de contribuição do servidor para outros RPPS "RPPS da esfera estadual", anterior à admissão no Ente	Não informado: Manter Vazio Demais inconsistências: Apagar Informações
29	Tempo de contribuição do servidor para outros RPPS "RPPS da esfera federal", anterior à admissão no Ente	Não informado: Manter Vazio Demais inconsistências: Apagar Informações
30	Indicador de previdência complementar	Não é adotada nenhuma hipótese
31	Teto constitucional remuneratório específico (dos servidores do respectivo poder)	Não é adotada nenhuma hipótese

6.4.3 Critério de ajuste na Base de Dados dos pensionistas

Tabela 6.4.3

Ordem	Campo Solicitado	Critério de ajuste da Base Cadastral
1	Composição da massa do servidor instituidor	Não é adotada nenhuma hipótese
2	Tipo de fundo do servidor instituidor	Não é adotada nenhuma hipótese
3	CNPJ do órgão ou entidade a qual o servidor instituidor está vinculado, conforme informado no DIPR	Considerado da Prefeitura Municipal
4	Nome do Órgão/Entidade do servidor instituidor	Considerado da Prefeitura Municipal
5	Poder do Órgão/Entidade do servidor instituidor	Considerado da Prefeitura Municipal
6	Tipo de poder do Órgão/Entidade do servidor instituidor	Considerado da Prefeitura Municipal
7	Tipo de instituidor	Não é adotada nenhuma hipótese
8	Identificação do servidor instituidor da pensão (Matrícula)	Não é adotada nenhuma hipótese
9	Identificação do servidor instituidor da pensão (CPF)	Não é adotada nenhuma hipótese
10	Identificação do servidor instituidor da pensão (PIS/PASEP)	Não é adotada nenhuma hipótese
11	Sexo do instituidor da pensão	Não é adotada nenhuma hipótese
12	Data de nascimento do instituidor da pensão	Não é adotada nenhuma hipótese
13	Data de falecimento do instituidor da pensão	Não é adotada nenhuma hipótese
14	Data de início de benefício do instituidor da pensão	Não é adotada nenhuma hipótese

Ordem	Campo Solicitado	Critério de ajuste da Base Cadastral
15	Identificação do pensionista (Matrícula)	Não é adotada nenhuma hipótese
16	Identificação do pensionista (CPF)	Não é adotada nenhuma hipótese
17	Sexo do pensionista	Feminino
18	Data de nascimento do pensionista	Média por tipo de Pensão
19	Tipo de relação dos pensionistas com o servidor instituidor	Outros Vitalícios
20	Data de início do benefício da pensão	Não é adotada nenhuma hipótese
21	Valor da mensal do benefício de pensão	Média por sexo
22	Valor total da pensão	Não é adotada nenhuma hipótese
23	Valor percentual (%) da quota recebida pelo pensionista	Não é adotada nenhuma hipótese
24	Valor mensal da contribuição previdenciária	Calculado com base na alíquota de contribuição que supera o valor máximo do RGPS
25	Valor mensal da compensação previdenciária (COMPREV pró-rata)	Maior que valor máximo de referência: Apagar Informações Não é número ou é negativo: Manter vazio
26	Indicador de paridade com servidores ativos	1 para Data de Início de Benefício menor que 31/12/2003. 2 para Data de Início de Benefício Maior que 31/12/2003
27	Condição do pensionista	Válido
28	Duração do benefício de pensão	Considerado vitalício
29	Tempo de duração da pensão	Vitalício
30	Indicador de Previdência Complementar	Não é adotada nenhuma hipótese
31	Teto constitucional remuneratório específico (dos servidores do respectivo poder)	Não é adotada nenhuma hipótese

6.4.4 Critério de ajuste na Base de Dados dos dependentes

Caso os dados dos dependentes demonstrem ser inadequados em decorrência de inconsistências ou falta de informação, considera-se a probabilidade de 80% do



servidor possuir dependente com pensão vitalícia na data focal do estudo, sendo a mulher 04 anos mais nova que o homem.

6.5 Recomendações Para a Base Cadastral

De acordo com a legislação federal vigente, é de obrigação do RPPS promover melhorias nos dados, caso estejam incompletos ou sejam inexistentes, conforme o Inciso IV do §5º do art. 47 da Portaria MTP 1467, de 7 de junho de 2022:

§ 5º O Relatório da Avaliação Atuarial deverá descrever a base de dados utilizada, explicitando:

...

IV - As providências adotadas pelo ente federativo e pela unidade gestora para a adequação da base de dados disponibilizada para a avaliação que foi objeto dos ajustes mencionados no relatório da avaliação atuarial do exercício anterior.”

Analisado os principais problemas encontrados na base cadastral é aconselhado ao Ente a tomada dos devidos critérios para aprimoramento da base cadastral afim de reduzir ao máximo o número de inconsistências e informações faltantes através de um recenseamento que contemple:

- Unificação da base de dados de todos os órgãos do município para fácil coleta e análise;
- Coleta da informação de tempo anterior de contribuição ao RGPS dos servidores ativos;
- Coleta de informação e comprev pró-rata dos servidores aposentados e pensionistas;
- Recenciamento no caso de fato ou mudança que causa grande impacto na estrutura da base de dados.
- Confrontamento entre as informações com os exercícios anteriores, para avaliar as inconsistências.



É recomendado que sejam apuradas as ausências e suspeitas de inconsistências apontadas neste relatório. Além disto, é necessária a realização de recadastramento previdenciário dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, no mínimo uma vez a cada cinco anos, conforme o Art. 9º da Lei nº10.887 de 14 de junho de 2004, abaixo reproduzido:

“Art. 9º A unidade gestora do regime próprio de previdência dos servidores, prevista no Art. 40§20, da Constituição Federal:

...

II - Procederá, no mínimo a cada 5 (cinco) anos, a recenseamento previdenciário, abrangendo todos os aposentados e pensionistas do respectivo regime;”

7. Resultado atuarial

7.1. Balanço Atuarial

O Balanço Atuarial é o resultado atuarial é obtido pela diferença entre o ativo garantidor dos compromissos do plano de benefícios e a provisão matemática, que se refere ao montante atualmente necessário para fazer jus aos benefícios futuros cobertos pelo Plano.

Com base no referido plano de custeio e nos benefícios cobertos pelo RPPS, bem como nos regimes financeiros, métodos de financiamento, hipóteses atuariais e premissas adotados e ainda nas informações cadastrais e financeiras, apurou-se os seguintes valores, posicionados na data focal da avaliação atuarial, qual seja em 31/12/2025.

Tabela 7.1.1.1

DESCRIÇÃO	Alíquota normal vigente em lei	Alíquota de equilíbrio
Alíquota Normal (patronal + servidor) (A)	28,00%	26,49%
Desconto da alíquota de taxa de administrativa (B)	2,98%	2,98%
Alíquota Normal por regime de capitalização para apuração dos resultados atuariais (C = A - B)	25,02%	23,50%

Tabela 7.1.1.2

DESCRIÇÃO	Valores com alíquotas vigentes	Valores com alíquotas de equilíbrio
Ativos Garantidores dos Compromissos do Plano de Benefícios	1.423.234.707,26	
Aplicações em Segmento de Renda Fixa – RPPS	1.005.503.225,05	
Aplicações em Segmento de Renda Variável e Investimentos Estruturados – RPPS	326.775.345,32	
Aplicações em seguimento imobiliário – RPPS	10.940.204,29	
Aplicações em Enquadramento – RPPS	0,00	
Títulos e Valores não Sujeitos ao Enquadramento – RPPS	0,00	
Saldo a receber de parcelamentos – RPPS	82.497.610,37	
Demais bens, direitos e ativos – RPPS	0,00	
Passivo Circulante – RPPS	2.481.677,77	



DESCRIÇÃO	Valores com alíquotas vigentes	Valores com alíquotas de equilíbrio
Provisão Matemática – Total	2.995.414.643,92	3.051.359.660,11
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos – PMBC	2.313.860.022,98	2.313.860.022,98
Valor Atual dos Benefícios Futuros – Concedidos	2.838.967.023,08	2.838.967.023,08
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras - Concedidos (Ente)	0,00	0,00
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras - Concedidos (Servidores)	106.433.527,29	106.433.527,29
Valor Atual da Compensação Previdenciária a Pagar - Benefícios Concedidos	0,00	0,00
(-) Valor Atual da Compensação Previdenciária a Receber - Benefícios Concedidos	418.673.472,81	418.673.472,81
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder – PMBaC	681.554.620,94	737.499.637,13
Valor Atual dos Benefícios Futuros - a Conceder	1.689.323.609,51	1.689.323.609,51
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras - a Conceder (Ente)	406.815.833,36	350.870.817,17
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras - a Conceder (Servidores)	520.302.126,14	520.302.126,14
Valor Atual da Compensação Previdenciária a Pagar - Benefícios a Conceder	0,00	0,00
(-) Valor Atual da Compensação Previdenciária a Receber - Benefícios a Conceder	80.651.029,07	80.651.029,07
Resultado Atuarial		
Provisões Matemática – Total	2.995.414.643,92	3.051.359.660,11
Ativos Garantidores dos Compromissos do Plano de Benefícios	1.423.234.707,26	1.423.234.707,26
Valor Atual do Plano de Amortização do Déficit Atuarial estabelecido em lei	1.628.124.952,85	1.628.124.952,85
Valor Atual do Aporte de Retenção do Imposto de Renda	0,00	0,00
Limite do Déficit Atuarial	0,00	0,00
Déficit Atuarial a Equacionar	0,00	0,00
Superavit	55.945.016,19	0,00
Reserva de Contingência	55.945.016,19	0,00
Reserva para Ajuste do Plano	0,00	0,00

Os valores das Provisões Matemáticas presentes na tabela acima foram calculados pelo Método Agregado, em conformidade com a NTA do plano, enquanto o as Provisões Matemáticas do Anexo III deste relatório foram apuradas



pelo Método do Crédito Unitário Projetado, atendendo às normas de contabilidade (NBC TSP 15).

7.2. Ativos Garantidores

Entende-se como Ativos Garantidores, todos os ativos garantidores do montante dos recursos já acumulados pelo RPPS, garantidores dos benefícios previdenciários. Conforme o artigo 51 da Portaria MTP nº 1.467/2022 descrito a seguir:

“Art. 51. Poderão ser considerados como ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios do RPPS:

I - Os ativos destacados contabilmente como investimentos, desde que:

a) mensurados adequadamente, conforme normas de contabilidade aplicáveis ao setor público;

b) aplicados conforme regras estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN; e

c) atendidos, em caso de bens, direitos e demais ativos vinculados ao RPPS, no mínimo, os parâmetros previstos no art. 63; e

II - Os valores dos créditos a receber reconhecidos nas demonstrações contábeis do RPPS, exigindo-se, em relação aos créditos a receber do ente federativo, que:

a) estejam por ele devidamente reconhecidos e contabilizados como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS; e

b) o termo de acordo de parcelamento esteja cadastrado no Cadprev.

§ 1º Os ativos garantidores do plano de benefícios deverão apresentar liquidez compatível com as obrigações do plano de benefícios do RPPS e deverão ser reconhecidos pelo seu valor contábil na data focal da avaliação, devidamente precificados para essa data.

§ 2º Em caso de alteração do critério contábil de precificação dos ativos, o ajuste positivo ou negativo será acrescido ou deduzido, respectivamente, para fins de equacionamento de déficit, por ocasião da avaliação atuarial.



Tabela 7.2

Modalidade	Somente ativos destinados a cobrir benefícios	Ativos destinados a cobrir despesas administrativas	Total
Aplicações financeiras em renda fixa	1.005.503.225,05	6.985.339,14	1.012.488.564,19
Aplicações financeiras em renda variável	326.775.345,32	0,00	326.775.345,32
Aplicações em seguimento imobiliário	10.940.204,29	0,00	10.940.204,29
Aplicações em enquadramento	0,00	0,00	0,00
Títulos e valores não sujeitos ao enquadramento	0,00	0,00	0,00
Saldo a receber de parcelamentos de contribuições em atraso	82.497.610,37	0,00	82.497.610,37
Demais bens, direitos e ativos	0,00	2.045.688,74	2.045.688,74
Passivo Circulante	2.481.677,77	0,00	2.481.677,77
Total	1.423.234.707,26	9.031.027,88	1.432.265.735,14

7.3 Provisões Matemáticas ou Passivo Atuarial

As Provisões Matemáticas são os montantes calculados em uma determinada data destinados a pagamentos futuros de benefícios, considerando o plano de benefícios em vigor e o plano de custeio.

7.3.1 Valor Presente dos Benefícios Futuros (VPBF)

O Valor Presente dos Benefícios Futuros é o valor atual posicionado na data base de todas as obrigações futuras, a serem pagas aos servidores aposentados – incluindo os servidores ativos que irão se aposentar e pensionistas.

Tabela 7.3.1 (valores em reais)

Benefício	Valor (R\$)
Total	4.528.290.632,59
Benefícios a Conceder	1.689.323.609,51
Aposentadoria Normal	1.386.977.688,14
Pensão decorrente da Aposentadoria Normal	74.328.056,93
Aposentadoria por incapacidade permanente	68.896.046,86
Pensão decorrente da Aposentadoria por incapacidade permanente	7.406.981,23
Pensão por Morte de Ativo	151.714.836,35
Benefícios Concedidos	2.838.967.023,08
Aposentadoria Normal	2.152.446.953,49
Pensão decorrente da Aposentadoria Normal	110.600.586,73
Aposentadoria por incapacidade permanente	294.111.990,95
Pensão decorrente da Aposentadoria por incapacidade permanente	41.148.399,36
Pensão já concedida	240.659.092,56

O Valor Presente dos Benefícios Futuros da população estudada para o plano foi calculado em R\$ 4.528.290.632,59.

7.3.2 Valor Presente das Contribuições Futuras destinados a capitalização

O Valor Presente das Contribuições Futuras destinadas para capitalização é o valor de todas as contribuições futuras, a serem pagas pelos servidores e pelo Ente, trazidas para o presente, para cobertura dos benefícios de capitalização.

A receita de contribuições futuras utilizadas para capitalização equivale a R\$ 1.033.551.486,79.

Tabela 7.3.2 (valores em reais)

Contribuintes	Valor (R\$)
Total	1.033.551.486,79
Patronal	406.815.833,36
sobre ativos	406.815.833,36
sobre aposentados	0,00
sobre pensão	0,00
Ativos	520.302.126,14
em atividade	517.022.594,82
em benefício	3.279.531,33
aposentadoria	2.225.697,39
pensão	1.053.833,94
Aposentado	96.640.101,17
Programadas	90.914.416,23
Incapacidade permanente	5.725.684,94
Pensões	9.793.426,12
De atuais aposentadorias	4.766.650,49
Já concedidas	5.026.775,63

7.3.3 Provisões Matemáticas Totais

O valor total das Provisões Matemáticas é o resultado da soma das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 7.3.3.(valores em reais)

	Valor
(=) Provisões Matemáticas	2.995.414.643,92
(+) Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder	681.554.620,94
(+) VP Obrigações com Benefícios a Conceder	1.689.323.609,51
(+) VP COMPREV a Pagar	0,00
(-) VPCF Patronal capitalização	406.815.833,36
(-) VPCF Servidor ativo capitalização	517.022.594,82
(-) VPCF aposentados capitalização	2.225.697,39
(-) VPCF pensionistas capitalização	1.053.833,94
(-) VP COMPREV a receber	80.651.029,07
(+) Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos	2.313.860.022,98
(+) VP Obrigações com Benefícios de Capitalização	2.838.967.023,08
(+) VP COMPREV a Pagar	0,00
(-) VPCF Patronal	0,00
(-) VPCF Aposentados	96.640.101,17
(-) VPCF Pensões	9.793.426,12

	Valor
(-) VP COMPREV a receber VP = Valor Presente	418.673.472,81

7.4 Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos

O valor total das Provisões Matemáticas é o resultado da soma das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 7.4.1 (valores em reais)

	Valor
(=) Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos	2.313.860.022,98
(+) VP Obrigações com Benefícios de Capitalização	2.838.967.023,08
(+) VP COMPREV a Pagar	0,00
(-) VPCF Patronal	0,00
(-) VPCF Aposentados	96.640.101,17
(-) VPCF Pensões	9.793.426,12
(-) VP COMPREV a receber VP = Valor Presente	418.673.472,81

7.5 Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder

O valor total das Provisões Matemáticas é o resultado da soma das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 7.5.1. (valores em reais)

	Valor
(=) Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder	681.554.620,94
(+) VP Obrigações com Benefícios a Conceder	1.689.323.609,51
(+) VP COMPREV a Pagar	0,00
(-) VPCF Patronal capitalização	406.815.833,36
(-) VPCF Servidor ativo capitalização	517.022.594,82
(-) VPCF aposentados capitalização	2.225.697,39
(-) VPCF pensionistas capitalização	1.053.833,94
(-) VP COMPREV a receber VP = Valor Presente	80.651.029,07

7.6 Compensação Financeira a receber dos benefícios concedidos

O saldo de Valor Presente da compensação previdenciária futura a receber do plano encontra-se na tabela abaixo.

Tabela 7.6.1 (valores em reais)

Grupo	Valor (R\$)
(+) Valor Presente do Fluxo Mensal Futuro	300.431.592,00
(+) COMPREV em atraso	117.126.807,73
(+) Lote de Estoque	1.115.073,09
(=) Valor Total de COMPREV	418.673.472,81

7.7 Compensação Financeira a receber dos benefícios a conceder

O valor referente a COMPREV de Benefícios a Conceder do plano foi limitado a 5,00% do Valor Presente dos Benefícios Futuros dos servidores ativos com potencial de COMPREV.

Tabela 7.7 (valores em reais)

Grupo	Valor (R\$)
COMPREV Benefícios a Conceder calculado	558.968.129,17
Limite de 5,00% do VPBF geradores de COMPREV	80.651.029,07
COMPREV Benefícios a Conceder considerada	80.651.029,07

7.8 Resultado Atuarial

A tabela a seguir apresenta o Resultado Atuarial que é o resultado da subtração dos valores do Patrimônio Constituído e Compensação Previdenciária a Receber do valor total das Provisões Matemáticas. O valor desse saldo implicará em Déficit ou Superávit Atuarial.

Tabela 7.8.1(valores em reais)

Fator	Valor (R\$)
(+) Provisões Matemáticas	2.995.414.643,92
(-) Patrimônio Constituído	1.423.234.707,26
(-) VP Plano de Amortização	1.628.124.952,85
(=) Superávit Atuarial	55.945.016,19
Provisões de Contingência	55.945.016,19



Fator	Valor (R\$)
Provisões para ajuste do plano	0,00

*O Limite do Déficit Atuarial foi recalculado com data base em 31/12/2025, conforme orientações da Ministério de Previdência Social.

O Índice de Cobertura calculado é de 101,87%, ou seja, o Superávit Atuarial representa excedente de apenas 1,87% do necessário para a preservação do Equilíbrio Financeiro e Atuarial. O Superávit Atuarial irá compor as Provisões de Contingência no valor de R\$ 55.945.016,19 e as Provisões para Ajuste do Plano são zero.

7.9 Valor atual das remunerações futuras

O Valor Presente dos Salários Futuros é o valor dos salários futuros dos servidores ativos trazido para o presente.

Utilizando o Salário de Contribuição, foi encontrado o Valor Presente dos Salários Futuros (VPSF) no valor de R\$ 3.693.018.534,40.

8. Custos e plano de custeio

Define-se plano de custeio as fontes de recursos necessárias para o financiamento dos benefícios oferecidos pelo plano de benefícios e taxa de administração, representadas pelas alíquotas de contribuições previdenciárias a serem pagas pelo ente federativo, pelos servidores ativos e aposentados e pelos pensionistas ao respectivo RPPS e aportes necessários ao atingimento do equilíbrio financeiro e atuarial, com detalhamento do custo normal e suplementar.

Pelo exposto e embasado nas diretrizes da Portaria MTP nº 1.467/2022, no que couber, se elaborou a avaliação atuarial com o objetivo de apurar os encargos previdenciários para subsidiar tecnicamente o Instituto de Previdência Social de Angra dos Reis - ANGRAPREV.

Para o regime de capitalização foi utilizado o Método Agregado.

8.1 Custos e alíquotas de custeio normal, calculadas por benefício, e custeio administrativo

Em sequência, tendo em vista os resultados apurados, considerando os regimes financeiros, métodos de financiamento e hipóteses atuariais e premissas adotados, informa-se abaixo as alíquotas de custeio normal, calculadas por benefício e o custeio administrativo.

Benefícios	Regime Financeiro	Custo Anual Previsto (R\$) (Alíquota x Base de Contribuição)	Alíquota Normal Calculada
Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Idade e Compulsória	Capitalização	69.435.511,84	19,03%
Aposentadoria por Incapacidade permanentes	Capitalização	3.828.617,30	1,05%
Pensão por Morte de Segurado Ativo	Capitalização	8.342.338,68	2,29%
Pensão por Morte de Aposentado Válido	Capitalização	3.731.898,82	1,02%



Benefícios	Regime Financeiro	Custo Anual Previsto (R\$) (Alíquota x Base de Contribuição)	Alíquota Normal Calculada
Pensão por Morte de Aposentado Incapacitado Permanente	Capitalização	412.289,03	0,11%
Custeio-Administrativo	Repartição Simples	10.888.781,88	2,98%
Alíquota Total	-	96.639.437,55	26,49%

8.2 Custos e alíquotas de custeio normal, calculadas por regime financeiro, e custeio administrativo

Regime Financeiro	Custo Anual Previsto (R\$) (Alíquota x Base de Contribuição)	Alíquota Normal Calculada
Capitalização	85.750.655,67	23,50%
Repartição de Capitais de Cobertura	0,00	0,00%
Repartição Simples	0,00	0,00%
Custeio Administrativo	10.888.781,88	2,98%
Alíquota Total	96.639.437,55	26,49%

9. Revisão do Plano de Custeio

Não há necessidade legal de revisão do plano de custeio, pois o RPPS se encontra em situação de equilíbrio financeiro e atuarial, em conformidade as exigências do art. 40 da CRFB/88. O Índice de Cobertura foi calculado em 101,87%, ou seja, o Superávit Atuarial representa excedente de 12,97% do necessário para a preservação do Equilíbrio Financeiro e Atuarial.

De acordo com a Portaria MTP nº 1.467/2022, artigo 65, incisos II e III, duas condições devem ser atendidas para que seja realizada redução do plano de custeio:

- Excedente financeiro do plano proposto, pelo fluxo atuarial, constituindo reservas para cobertura das despesas do plano (excluindo administrativas) nos 05 primeiros anos;
- Que os ativos garantidores cubram integralmente as Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos do plano.

O histórico da evolução do Saldo Atuarial do vem apresentando Superávit Atuarial em suas Avaliações Atuariais desde dez/24, conforme demonstra o quadro abaixo:

Data Base	Superávit Atuarial	Índice de Cobertura	Reserva de Contingência (Até 25% das Reservas Matemáticas)	Reserva Para Ajuste do Plano (Excede 25% das Reservas Matemáticas)
Dez/24	127.876.559,66	104,59%	127.876.559,66	0,00
Dez/25	55.945.016,19	101,87%	55.945.016,19	0,00

A Avaliação Atuarial de dez/24 apresentou índice de cobertura de 104,59%, ou seja, teve excedente de 4,59% do necessário para a preservação do Equilíbrio Financeiro e Atuarial, respectivamente.

Os Ativos Garantidores de benefícios do RPPS, no valor de R\$1.423.234.707,26, cobrem 61,51% do total de Provisões Matemáticas referentes aos Benefícios Concedidos, deixando descobertos 38,49% das reservas, conforme demonstrado pelo quadro a seguir.

Tabela 9.(valores em reais)

	Valor
Provisões Matemáticas Benefícios Concedidos (A)	2.313.860.022,98
Ativos garantidores (B)	1.423.234.707,26
Resultado (A-B)	890.625.315,72
Índice de cobertura BC (B/A)	61,51%
Índice de insuficiência Benefícios Concedidos	38,49%

O plano não cumpre o exigido no inciso III do artigo 65 da Portaria MTP nº 1.467/2022 para que seja realizada a redução do plano de custeio vigente.

10. Custeio administrativo

O custeio administrativo é o percentual estabelecido em legislação de cada ente, para custear as despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento da unidade gestora do RPPS.

10.1 Limite Calculado das Despesas Administrativas dos últimos 3 anos.

O histórico do limite máximo para custeio das despesas administrativas é informação vital para compreender a formação dos gastos com despesas administrativas futuras. A análise de sua evolução é fundamento para a elaboração da projeção dos encargos administrativos futuros.

Tabela 10.1

Data base	Valor	Varição em relação ao ano anterior	Diferença em relação ao ano anterior
Dez/23	6.217.814,24	-	-
Dez/23	7.794.371,95	25,36%	1.576.557,71
Dez/24	10.888.781,88	39,70%	3.094.409,93

10.2 Estimativa do limite legal das Despesas Administrativas para o próximo exercício

O limite legal define a taxa para despesas administrativas de 2,88%, e sua aplicação se dá em função da folha de contribuição dos servidores ativos do exercício anterior. Foram utilizadas as informações de remuneração disponibilizadas nos DIPR do período de 2025 presente no sistema CADPREV.

Tabela 10.2

	Valor
Folha de contribuição de ativos no ano de 2025	378.082.704,02
2,88% da soma da folha de contribuição dos ativos	10.888.781,88
Valor Presente dos Salários Futuros para 2026	364.882.088,48



O limite legal de gastos com despesas administrativas para o exercício de 2026 é de R\$ 10.888.781,88, que equivale a 2,88% da folha total do exercício do ano anterior. O valor presente dos salários futuros de 2026 está estimado em R\$ 364.882.088,48, logo o limite máximo de gastos para o exercício de 2026 equivale a 2,98% do valor presente dos salários futuros de 2026.

11. Análise comparativa com exercícios anteriores

O comparativo com as avaliações anteriores tem como objetivo observar as principais mudanças das características do RPPS, de sua população e seus impactos nos resultados durante os anos. Tais informações são cruciais para serem avaliadas o comportamento do RPPS a futuras mudanças em seu perfil.

11.1 Bases técnicas: Hipóteses, regimes financeiros, métodos de capitalização e NTA de referência.

11.1.1 Hipóteses

Em consideração as bases técnicas dos anos anteriores foram alteradas os seguintes itens:

- Tábua de Mortalidade e mortalidade de incapacidade permanente: passou para IBGE 2024 Feminina e Masculina;
- Taxa Real Anual de Retorno de Investimentos: foi atualizada para a taxa parâmetro atual de 5,17% para 5,59%, conforme a duração do passivo da avaliação atuarial anterior e a Portaria MPS nº 2.010/2025;

O quadro abaixo apresenta de forma resumida as bases técnicas utilizadas nas últimas avaliações atuarias:

Premissas	dez/23	dez/24	dez/25
Rotatividade	Não Aplicado	Não Aplicado	Não Aplicado
Geração futura de novos entrados	Não Aplicado	Não Aplicado	Não Aplicado
Composição Familiar	Probabilidade de 80%	Probabilidade de 80%	Probabilidade de 80%
Tábua de mortalidade*	IBGE-2022 Masc. e Fem.	IBGE-2023 Masc. e Fem.	IBGE-2024 Masc. e Fem.
Tábua de entrada em Incapacidade Permanente	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de mortalidade de incapacitados permanente	IBGE-2022 Masc. e Fem.	IBGE-2023 Masc. e Fem.	IBGE-2024 Masc. e Fem.

Premissas	dez/23	dez/24	dez/25
Inflação	IPCA	IPCA	IPCA
Taxa Real Anual de Retorno de Investimentos	5,14%	5,17%	5,59%
Taxa Real Anual de Crescimento Salarial	1,00%	1,00%	1,00%
Taxa Real Anual de Crescimento do Benefício	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa de Despesas Administrativas*	2,40%	2,88%	2,88%

*Limite máximo legal para custeio das despesas administrativas dado pela legislação municipal e federal.

11.1.2 Regime financeiro

Não houve alteração do regime financeiro do Plano, mantidos os benefícios de Aposentadoria Voluntária e Compulsório pelo regime de capitalização.

Benefícios	dez/23	dez/24	dez/25
Aposentadoria por tempo de contribuição	Capitalização	Capitalização	Capitalização
Aposentadoria por idade	Capitalização	Capitalização	Capitalização
Aposentadoria por Incapacidade Permanente	Capitalização	Capitalização	Capitalização
Aposentadoria compulsória	Capitalização	Capitalização	Capitalização
Pensão por morte de servidor em atividade	Capitalização	Capitalização	Capitalização
Pensão por morte de aposentado voluntário ou compulsório	Capitalização	Capitalização	Capitalização
Pensão por morte de aposentado por Incapacidade Permanente	Capitalização	Capitalização	Capitalização

11.1.3 Métodos de capitalização

Não houve alteração do método de capitalização utilizado, mantido o Método Agregado.

Benefícios	dez/23	dez/24	dez/25
Aposentadoria por tempo de contribuição	Método Agregado	Método Agregado	Método Agregado
Aposentadoria por idade	Método Agregado	Método Agregado	Método Agregado
Aposentadoria por incapacidade permanente	Método Agregado	Método Agregado	Método Agregado



Benefícios	dez/23	dez/24	dez/25
Aposentadoria compulsória	Método Agregado	Método Agregado	Método Agregado
Pensão por morte de servidor em atividade	Método Agregado	Método Agregado	Método Agregado
Pensão por morte de aposentado voluntário ou compulsório	Método Agregado	Método Agregado	Método Agregado
Pensão por morte de aposentado por incapacidade permanente	Método Agregado	Método Agregado	Método Agregado

11.1.4 NTA de referência

Não houve alteração da NTA nos últimos três exercícios, conforme demonstra o quadro abaixo:

Benefícios	dez/23	dez/24	dez/25
Nº da NTA	2021.000369.1	2021.000369.1	2021.000369.1
Data de vigência	4/30/2021	4/30/2021	4/30/2021

11.2 Base cadastral

Na análise comparativa com a base de dados utilizada na Avaliação Atuarial anterior foi constatado um aumento da folha mensal dos segurados ativos em 8,76%, e sua quantidade diminuiu em 0,74%. Na folha de aposentados a variação positiva foi de 15,17% no mesmo período, sua quantidade teve um aumento de 5,69%, e os pensionistas tiveram um aumento de folha na ordem de 7,43% e a quantidade aumentou 1,04%.

Tabela 11.2.1.1

Dados	dez/24	dez/25	Varição	
Quantidade	Ativos	5.811	5.854	0,74%
	Aposentados	1.898	2.006	5,69%
	Pensionistas	386	390	1,04%
Folha mensal (R\$)	Ativos	31.337.142,98	34.081.492,92	8,76%
	Aposentados	15.260.164,62	17.575.028,68	15,17%
	Pensionistas	1.752.791,45	1.883.015,63	7,43%
Valor médio (R\$)	Ativos	5.392,73	5.821,92	7,96%
	Aposentados	8.040,13	8.761,23	8,97%
	Pensionistas	4.540,91	4.828,25	6,33%



Dados		dez/24	dez/25	Varição
Idade média	Ativos	46,58	46,91	0,71%
	Aposentados	65,51	66,01	0,77%
	Pensionistas	58,77	59,52	1,29%
Idade média na admissão	Aposentados	33,82	33,85	0,10%
	Ativos	31,95	31,78	-0,53%
Idade projetada de aposentadoria	Ativos	60,97	60,76	-0,35%

Tabela 11.2.1.2

Dados		dez/23	dez/25	Varição
Quantidade	Ativos	5.479	5.854	6,84%
	Aposentados	1.812	2.006	10,71%
	Pensionistas	370	390	5,41%
Folha mensal (R\$)	Ativos	26.220.456,11	34.081.492,92	29,98%
	Aposentados	12.218.657,98	17.575.028,68	43,84%
	Pensionistas	1.845.479,14	1.883.015,63	2,03%
Valor médio (R\$)	Ativos	4.785,63	5.821,92	21,65%
	Aposentados	6.743,19	8.761,23	29,93%
	Pensionistas	4.987,78	4.828,25	-3,20%
Idade média	Ativos	46,72	46,91	0,42%
	Aposentados	64,94	66,01	1,66%
	Pensionistas	57,66	59,52	3,23%
Idade média na admissão	Aposentados	32,58	33,85	3,91%
	Ativos	31,98	31,78	-0,64%
Idade projetada de aposentadoria	Ativos	61,48	60,76	-1,17%

Tabela 11.2.1.3

Dados		dez/22	dez/25	Varição
Quantidade	Ativos	5.266	5.854	11,17%
	Aposentados	1.748	2.006	14,76%
	Pensionistas	349	390	11,75%
Folha mensal (R\$)	Ativos	23.772.891,47	34.081.492,92	43,36%
	Aposentados	10.384.754,73	17.575.028,68	69,24%
	Pensionistas	1.288.983,36	1.883.015,63	46,09%

Dados		dez/22	dez/25	Varição
Valor médio (R\$)	Ativos	4.514,41	5.821,92	28,96%
	Aposentados	5.940,94	8.761,23	47,47%
	Pensionistas	3.693,36	4.828,25	30,73%
Idade média	Ativos	46,63	46,91	0,60%
	Aposentados	64,39	66,01	2,52%
	Pensionistas	57,98	59,52	2,66%
Idade média na admissão	Aposentados	32,87	33,85	2,99%
	Ativos	32,01	31,78	-0,73%
Idade projetada de aposentadoria	Ativos	61,53	60,76	-1,25%

11.3 Base Normativa: leis locais e federais.

Em complemento aos normativos federais, O plano em vigência foi estabelecido pela Lei nº 4.288/2023. Não houve alterações na legislação que diz respeito ao plano de custeio e de benefícios do RPPS em relação a avaliação atuarial de data focal dez/24.

11.4 Resultados

11.4.1.1 Comparativo geral com os 3 últimos exercícios

Tabela 11.4.1.1.1

VALORES DOS COMPROMISSOS	dez/24	dez/25	Varição
Ativos Garantidores dos Compromissos do Plano de Benefícios	1.324.012.503,96	1.423.234.707,26	7,49%
Limite do Déficit Atuarial - LDA	0,00	0,00	0,00%
Reserva Matemática dos Benefícios Concedidos	2.094.221.437,76	2.313.860.022,98	10,49%
Valor Presente dos Benefícios Futuros - Benefícios Concedidos	2.598.129.888,46	2.838.967.023,08	9,27%
Valor Presente das Contribuições Futuras - Benefícios Concedidos	90.742.694,68	106.433.527,29	17,29%
Valor Presente da Compensação Financeira a Receber - Benefícios Concedidos	413.165.756,02	418.673.472,81	1,33%
Reserva Matemática dos Benefícios a Conceder	692.092.033,37	681.554.620,94	-1,52%
Valor Presente dos Benefícios Futuros - Benefícios a Conceder	1.653.677.368,77	1.689.323.609,51	2,16%
Valor Presente das Contribuições Futuras - Benefícios a Conceder	882.749.372,72	927.117.959,50	5,03%
Valor Presente da Compensação Financeira a Receber - Benefícios a Conceder	78.835.962,68	80.651.029,07	2,30%
Reserva Matemática Totais	2.786.313.471,13	2.995.414.643,92	7,50%
Valor do Aporte do Plano de Amortização	1.590.177.526,83	1.628.124.952,85	2,39%



VALORES DOS COMPROMISSOS	dez/24	dez/25	Varição
Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00%
Superávit Atuarial	127.876.559,66	55.945.016,19	-56,25%

Tabela 11.4.1.1.2

VALORES DOS COMPROMISSOS	dez/23	dez/25	Varição
Ativos Garantidores dos Compromissos do Plano de Benefícios	1.308.924.185,97	1.423.234.707,26	8,73%
Limite do Déficit Atuarial - LDA	0,00	0,00	0,00%
Reserva Matemática dos Benefícios Concedidos	999.870.331,17	2.313.860.022,98	131,42%
Valor Presente dos Benefícios Futuros - Benefícios Concedidos	1.290.500.558,68	2.838.967.023,08	119,99%
Valor Presente das Contribuições Futuras - Benefícios Concedidos	29.164.080,18	106.433.527,29	264,95%
Valor Presente da Compensação Financeira a Receber - Benefícios Concedidos	261.466.147,32	418.673.472,81	60,13%
Reserva Matemática dos Benefícios a Conceder	742.600.951,30	681.554.620,94	-8,22%
Valor Presente dos Benefícios Futuros - Benefícios a Conceder	1.521.102.883,97	1.689.323.609,51	11,06%
Valor Presente das Contribuições Futuras - Benefícios a Conceder	692.605.475,78	927.117.959,50	33,86%
Valor Presente da Compensação Financeira a Receber - Benefícios a Conceder	85.896.456,90	80.651.029,07	-6,11%
Reserva Matemática Totais	1.742.471.282,47	2.995.414.643,92	71,91%
Valor do Aporte do Plano de Amortização	0,00	1.628.124.952,85	0,00%
Déficit Atuarial	433.547.096,50	0,00	-100,00%
Superávit Atuarial	0,00	55.945.016,19	0,00%

Tabela 11.4.1.1.3

VALORES DOS COMPROMISSOS	dez/22	dez/25	Varição
Ativos Garantidores dos Compromissos do Plano de Benefícios	1.153.866.469,88	1.423.234.707,26	23,34%
Limite do Déficit Atuarial - LDA	0,00	0,00	0,00%
Reserva Matemática dos Benefícios Concedidos	780.053.999,97	2.313.860.022,98	196,63%
Valor Presente dos Benefícios Futuros - Benefícios Concedidos	1.042.581.436,02	2.838.967.023,08	172,30%
Valor Presente das Contribuições Futuras - Benefícios Concedidos	17.470.356,92	106.433.527,29	509,22%
Valor Presente da Compensação Financeira a Receber - Benefícios Concedidos	245.057.079,13	418.673.472,81	70,85%
Reserva Matemática dos Benefícios a Conceder	307.294.082,88	681.554.620,94	121,79%
Valor Presente dos Benefícios Futuros - Benefícios a Conceder	1.069.745.665,47	1.689.323.609,51	57,92%
Valor Presente das Contribuições Futuras - Benefícios a Conceder	691.873.600,94	927.117.959,50	34,00%
Valor Presente da Compensação Financeira a Receber - Benefícios a Conceder	70.577.981,65	80.651.029,07	14,27%
Reserva Matemática Totais	1.087.348.082,85	2.995.414.643,92	175,48%

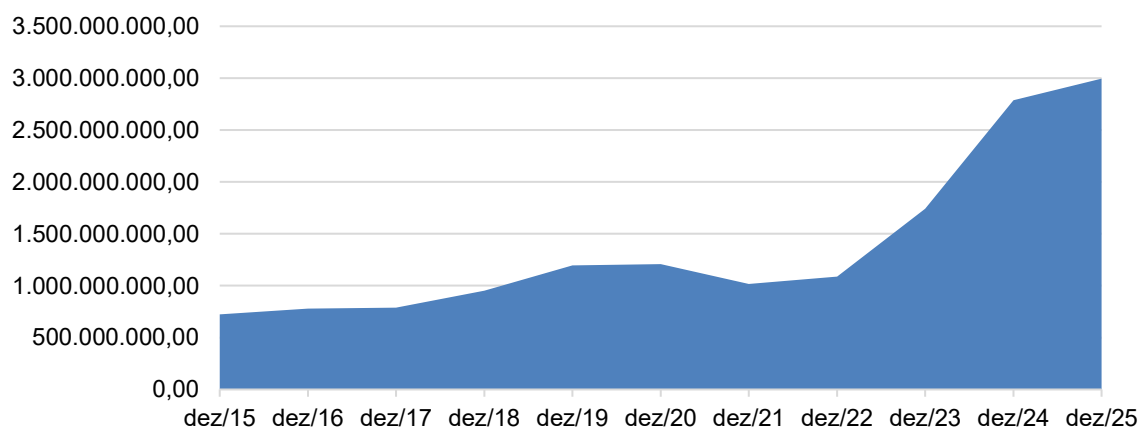


VALORES DOS COMPROMISSOS	dez/22	dez/25	Varição
Valor do Aporte do Plano de Amortização	0,00	1.628.124.952,85	0,00%
Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00%
Superávit Atuarial	66.518.387,03	55.945.016,19	-15,90%

11.4.1.2 Evolução das Provisões Matemáticas

Data Base	Provisões Matemáticas	Varição
dez/15	725.342.126,72	-
dez/16	778.607.048,35	7,34%
dez/17	788.831.025,29	1,31%
dez/18	953.509.264,11	20,88%
dez/19	1.196.248.127,52	25,46%
dez/20	1.206.765.204,72	0,88%
dez/21	1.015.960.595,10	-15,81%
dez/22	1.087.348.082,85	7,03%
dez/23	1.742.471.282,47	60,25%
dez/24	2.786.313.471,13	59,91%
dez/25	2.995.414.643,92	7,50%

Evolução das Provisões Matemáticas



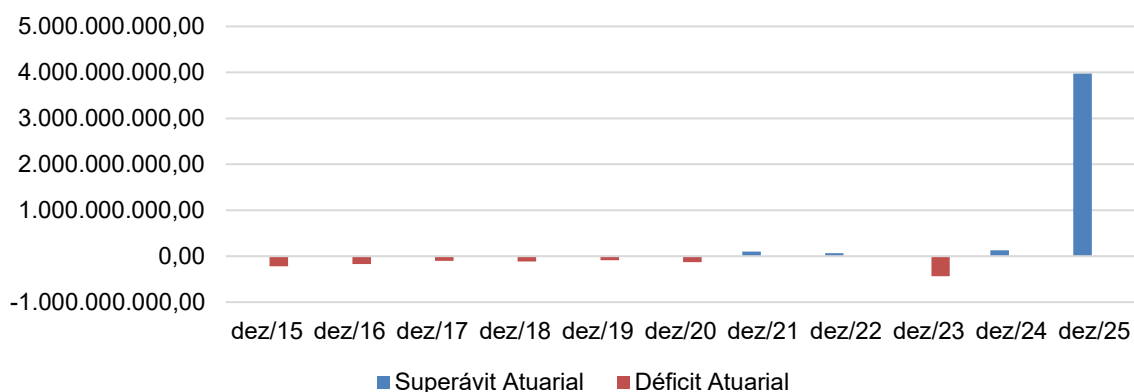
11.4.1.3 Evolução do Equilíbrio Atuarial

Data Base	Superávit Atuarial	Déficit Atuarial
dez/15	0,00	219.178.506,54
dez/16	0,00	169.179.567,24
dez/17	0,00	99.572.686,02
dez/18	0,00	113.473.058,87
dez/19	0,00	87.591.440,60
dez/20	0,00	127.595.310,42
dez/21	100.137.670,69	0,00
dez/22	66.518.387,03	0,00
dez/23	0,00	433.547.096,50



Data Base	Superávit Atuarial	Déficit Atuarial
dez/24	127.876.559,66	0,00
dez/25	55.945.016,19	0,00

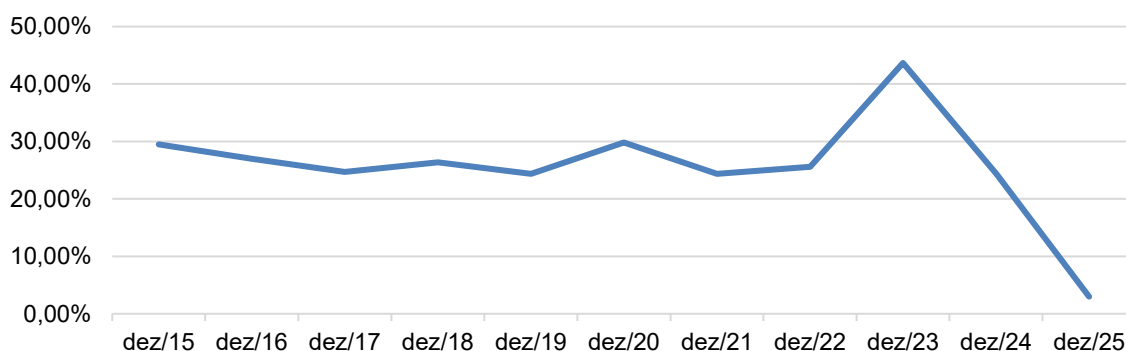
Evolução da situação de equilíbrio financeiro e atuarial



11.4.1.4 Evolução dos custos totais com o Plano

Data base	Custo total do Plano	Variação
dez/15	29,46%	-
dez/16	26,97%	-8,48%
dez/17	24,70%	-8,39%
dez/18	26,36%	6,70%
dez/19	24,35%	-7,62%
dez/20	29,82%	22,48%
dez/21	24,37%	-18,30%
dez/22	25,57%	4,96%
dez/23	43,67%	70,76%
dez/24	24,40%	-44,14%
dez/25	26,49%	8,56%

Evolução do Custo total





12. Avaliação e impactos do perfil atuarial do RPPS

O perfil de risco atuarial e porte do RPPS tem a finalidade de estabelecer a aplicação de parâmetros técnicos-atuariais de forma padronizada, conforme previsto na Portaria MTP nº 1.467, de 2022, em seus artigos 84, e 41 e 44 do ANEXO VI.

Será estabelecido por meio do porte do RPPS e indicadores de risco atuarial calculados com base nas informações do Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social (CADPREV) e do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

O perfil atuarial e porte será publicado anualmente no Índice de Situação Previdenciária – ISP, definido no artigo 238 Portaria MTP nº 1.467, de 2022.

O perfil atuarial irá definir as constantes utilizadas no cálculo do Limite de Déficit Atuarial (LDA), descritas no artigo 41 do ANEXO VI da Portaria MTP nº 1.467/2022, aplicado aos planos de amortização que optar pelo prazo flutuante de duração do passivo ou sobrevida média dos aposentados e pensionistas.

As diferentes classificações de perfil atuarial irão definir se as constantes utilizadas irão majorar o valor do LDA, aumentando o desconto e diminuindo o valor do déficit a ser amortizado pelo plano de amortização, ou se será reduzido o valor do LDA, que irá causar uma diminuição do desconto causando um aumento no valor do déficit atuarial a ser amortizado.

O Porte irá definir os limites de percentual a serem utilizadas no cálculo do custeio administrativo do RPPS, conforme o artigo 84 da Portaria MTP nº 1.467/2022.

A Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, através da Portaria SPREV nº 10/2017, consolidou o Índice de Situação Previdenciária (ISP), que servirá como o indicador oficial da situação previdenciária dos RPPS.



O Perfil Atuarial do Ente será classificado conforme sua a classificação final no ISP, onde são analisados os seguintes indicadores do Ente, separados em três grupos:

- Gestão e transparência do RPPS: engloba o Indicador de Regularidade, Indicador de Envio de Informações e Indicador de Modernização de Gestão;
- Situação Financeira do RPPS: engloba o Indicador de Suficiência Financeira e o Indicador de Acumulação de Recursos;
- Situação Atuarial do RPPS: que considera Indicador de Cobertura dos Compromissos Previdenciários.

Eventos de Decisão Judicial nos campos de cumprimento das normas gerais de organização e funcionamento, não irão interferir no cálculo, mantendo-se a situação original do extrato previdenciário.

De acordo com o último ISP publicado em 4 de dezembro de 2025 o Ente foi classificado com o índice B e Perfil Atuarial III. A pontuação para os indicadores de Situação Financeira e Atuarial foram informados conforme a tabela abaixo:

Situação Financeira e Atuarial do RPP - Indicadores	Pontuação
Indicador de Suficiência Financeira	0,7581
Indicador de Acumulação de Recursos	0,0793
Indicador de Cobertura dos Compromissos Previdenciários	0,4449

12.1. Indicador de Suficiência Financeira

O Indicador de Suficiência Financeira tem por objetivo demonstrar o grau de cobertura das despesas previdenciárias pelas receitas do regime, a nível anual, e considera em sua formulação:

$$\text{Indicador de Suficiência Financeira} = \frac{\text{Total de Receitas Previdenciárias Anuais}}{\text{Total de Despesas Previdenciárias Anuais}}$$

De acordo com sua análise, quanto maior o índice, maior a força de cobertura das receitas sobre as despesas do RPPS. A última pontuação do indicador foi de 0,7581.

12.2. Indicador de Acumulação de Recursos

O Indicador de Acumulação de Recursos demonstra a capacidade de acumular recursos para o pagamento futuro de benefícios previdenciários do RPPS, pela razão de acréscimos ou decréscimos anuais das aplicações de recursos pelo total de despesas previdenciárias no ano. O indicador tem sua formulação definida como:

$$\text{Indicador de Acumulação de Recursos} = \frac{\text{Acréscimo ou Decréscimo Financeiro}}{\text{Total de Despesas Previdenciárias Anuais}}$$

Onde:

$$\text{Acréscimo ou Decréscimo Financeiro} = \text{Saldo de Aplicações 2025} - \text{Saldo de Aplicações 2024}$$

De acordo com sua análise, quanto maior o índice, maior a capacidade de acumulação de recursos de rendimento para o pagamento de despesas do RPPS. A última pontuação do indicador foi de 0,0793.

12.3. Indicador de Cobertura dos Compromissos Previdenciários

O Indicador de Cobertura dos Compromissos Previdenciários visa avaliar a solvência do plano de benefícios, correspondendo a razão das provisões matemáticas do RPPS pelas aplicações financeiras e disponibilidades do plano. O indicador tem sua fórmula definida como:

$$\text{Indicador de Cobertura de Compromissos Previdenciários} = \frac{\text{Aplicações Financeiras} + \text{Disponibilidades (DAIR dez/2025)}}{\text{Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder} + \text{Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos}}$$

De acordo com sua análise, quanto maior o índice, maior a solvências do plano de benefícios do RPPS. A última pontuação do indicador foi de 0,4449.

13. Parecer atuarial

13.1 Base de dados

A base de dados utilizada neste estudo, referente a data focal de 31/12/2025, teve seu último censo realizado em 25 de março de 2022, portanto de acordo com art. 9º, Inciso II da Lei nº 10.887/2004. De acordo com o exposto no capítulo 6, os dados possuem amplitude e consistências suficientes para a realização dos cálculos atuariais.

13.2 Bases técnicas

As hipóteses biométricas de Tábua de Probabilidades de Mortalidade Geral (IBGE-2024 Masc. e Fem.) e de Mortalidade de Incapacitados Permanentes (IBGE-2024 Masc. e Fem.), foram atualizadas em relação ao exercício passado, onde foi considerada a Tábua IBGE-2023 Masc. e Fem.

A tábua de entrada em incapacidade permanente e de morbidez (Álvaro Vindas, foi mantida.

A hipótese de Taxa Real Anual de Retorno de Investimentos (taxa de juros de 5,59% a.a.) utilizada foi a taxa parâmetro pela duração do passivo, conforme o art. 39 da Portaria MTP nº 1.467/2022.

As hipóteses financeiras de Taxa de Inflação (IPCA), Taxa Real Anual de Crescimento Salarial (1,00% a.a.), Taxa Real Anual de Crescimento do Benefício (0% a.a.) e taxa para o limite máximo legal para custeio das despesas administrativas (2,88%), foram mantidas em relação ao exercício anterior.

A NTA utilizada para o plano do estudo foi a nº 2021.000369.1.

Os benefícios de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Aposentadoria por Idade, Aposentadoria Compulsória e Pensão por Morte de Aposentados são financiados pelo Regime Financeiro de Capitalização. Os benefícios de Aposentadoria por Incapacidade Permanente e Pensão por Morte de Ativos são financiados pelo Regime de Capitalização.

O método de financiamento utilizado foi o Método Agregado, o mesmo definido na NTA, e utilizado nos exercícios passados.

13.3 Resultados

Os cálculos foram realizados considerando a existência de Ativos Garantidores no valor de R\$ 1.423.234.707,26.

Foram estimadas as receitas oriundas da Compensação Financeira, previstas na Lei Federal nº 9.796/1999, referentes aos segurados vinculados ao plano no valor de R\$ 499.324.501,88

No plano as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder têm o valor de R\$ 681.554.620,94. As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos têm o valor de R\$ 2.313.860.022,98. As Provisões Matemáticas Totais têm o valor de R\$ 2.995.414.643,92. O Superávit Atuarial é de R\$ 55.945.016,19.

O Índice de Cobertura do plano foi calculado em 101,87%, ou seja, o Superávit Atuarial representa excedente de apenas 1,87% do necessário para a preservação do Equilíbrio Financeiro e Atuarial. O índice considerou o valor dos Ativos Garantidores somado ao plano de amortização da Lei nº 4.449/2024, sobre o valor das Provisões Matemáticas Totais.

Foi encontrado o custo normal de 26,49% sobre a folha dos servidores ativos, já descontadas as contribuições de aposentados e pensionistas e utilizando o Método Agregado. Este custo é composto pelo custo para cobertura de benefícios de 23,50%, e custo para cobertura de despesas administrativas de 2,98%.

O Superávit Atuarial reduziu em 56,25% em relação ao exercício anterior. Tal variação pode ser explicada principalmente pela atualização de hipóteses biométricas por força de legislação e aumento nominal de 15,17% na folha de benefícios dos servidores aposentados do município.

Os Ativos Garantidores, no valor de R\$ 1.423.234.707,26, cobrem 61,51% as Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos, no valor de R\$ 2.313.860.022,98, não atendendo à exigência do inciso III, artigo 65 da Portaria MTP nº 1.467/2022 para a realização de redução do plano de custeio.

O ANGRAPREV possui Ativos Garantidores no valor total de R\$ 1.423.234.707,26, cobrindo apenas 61,51% das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos, no valor de R\$ 2.313.860.022,98, portanto, de acordo com a Nota Técnica TCE-RJ nº 7/2023, será necessária adequação do plano através da criação de aportes adicionais para cobertura da insuficiência financeira do RPPS.

Os aportes financeiros mensais definidos na Nota Técnica TCE-RJ nº 7/2023 serão equivalentes à diferença entre os valores mensais dos benefícios e de suas receitas respectivas de contribuição previdenciária e COMRPEV.

13.4 Recomendações

Diante dos resultados obtidos, não é necessário que sejam efetuadas alterações no Plano de Custeio para garantir a solvência do Plano de Benefícios.

É imprescindível a realização de estudo aprofundado de aderência das hipóteses atuariais antes de ser realizada qualquer redução do plano de custeio vigente. Tal medida se faz necessária devido a sensibilidade do Superávit Atuarial em relação a variação de hipóteses atuariais.

Se faz necessário que sejam tomadas as medidas permanentes de aperfeiçoamento da gestão de ativos e passivos do RPPS e monitoramento dos custos atuariais, conforme exigido pelo art. 67 da Portaria MTP nº 1.467/2022, a fim de que seja garantida a solvência e liquidez do plano de benefícios.

Conforme exigido pelo artigo 68 da Portaria MTP nº 1.467/2022, é imprescindível a adequação institucionalizada de constante acompanhamento da evolução das Provisões Matemáticas e o equilíbrio entre os ativos garantidores e compromissos do plano de benefício.

A unidade gestora deverá demonstrar o impacto de todos os atos de gestão de pessoal das patrocinadoras que contenham potencial de afetação dos custos atuariais, com seus efeitos mensurados através de parecer atuarial, de acordo com o caput do art. 69 da Portaria MTP nº 1.467/2022.

É aconselhado ao Ente a tomada dos devidos critérios para o aprimoramento



contínuo da base cadastral, a fim de reduzir ao máximo o número de inconsistências e informações faltantes. De acordo com o Inciso IV do §5º do art. 47 da Portaria MTP nº 1.467, de 7 de junho de 2022, é de obrigação do RPPS a tomada de ações que promovam melhorias em sua base cadastral.

Os resultados apresentados neste documento são sensíveis a variações de hipótese, base cadastral e base normativa. Alterações futuras nas experiências observadas, como crescimento salarial, taxa real anual de retorno de investimentos, índices de mortalidade e incapacitação permanente e regras de concessão de benefícios implicarão em alterações substanciais nos resultados atuariais. Por este motivo o plano de previdência deverá sofrer acompanhamento com realização de Avaliações Atuariais ao menos uma vez por ano.

Julio Machado Passos
Atuário MIBA 1.275
Empresa CIBA nº 116



Anexo I

Conceitos e definições

- 1. Alíquota de contribuição normal:** percentual de contribuição, instituído em lei do ente federativo, definido, a cada ano, para cobertura do custo normal e cujos valores são destinados à constituição de Provisões com a finalidade de prover o pagamento de benefícios.
- 2. Alíquota de contribuição suplementar:** percentual de contribuição extraordinária, estabelecido em lei do ente federativo, para cobertura do custo suplementar e equacionamento do déficit atuarial.
- 3. Análise de sensibilidade:** método que busca mensurar o efeito de uma hipótese ou premissa no resultado de um estudo ou avaliação atuarial.
- 4. Aposentadoria:** benefício concedido aos segurados ativos do RPPS em prestações continuadas e nas condições previstas na Constituição Federal, nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes e na legislação do ente federativo.
- 5. Aposentadoria por incapacidade permanente:** benefício concedido aos segurados do RPPS que, por doença ou acidente, forem considerados, por perícia médica do ente federativo ou da unidade gestora do RPPS, incapacitados para exercer suas atividades ou outro tipo de serviço que lhes garanta o sustento, nas condições previstas na Constituição Federal, nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes e na legislação do ente federativo.
- 6. Ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios:** somatório dos recursos provenientes das contribuições, das disponibilidades decorrentes das receitas correntes e de capital e demais ingressos financeiros auferidos pelo RPPS, e dos bens, direitos, ativos financeiros e ativos de qualquer natureza vinculados, por lei, ao regime, destacados como investimentos e avaliados pelo seu valor justo, conforme normas contábeis aplicáveis ao setor público, excluídos os recursos relativos ao financiamento do custo administrativo do regime e aqueles vinculados aos fundos para oscilação de riscos e os valores das provisões para pagamento dos benefícios avaliados em regime de repartição simples e de repartição de capitais de cobertura.
- 7. Atuário:** profissional técnico especializado, bacharel em Ciências Atuariais e legalmente habilitado para o exercício da profissão nos termos do Decreto-lei nº 806, de 04 de setembro de 1969.
- 9. Avaliação atuarial:** documento elaborado por atuário, em conformidade com as bases técnicas estabelecidas para o plano de benefícios do RPPS, que caracteriza a população segurada e a base cadastral utilizada, discrimina os encargos, estima os recursos necessários e as alíquotas de contribuição normal e suplementar do plano de custeio de equilíbrio para todos os benefícios do plano, que apresenta os montantes dos fundos de natureza atuarial, das Provisões técnicas e provisões matemáticas a contabilizar, o fluxo atuarial e as projeções atuariais exigidas pela legislação pertinente e que contém parecer atuarial conclusivo relativo à solvência e liquidez do plano de benefícios.
- 10. Bases técnicas:** premissas, pressupostos, hipóteses e parâmetros biométricos, demográficos, econômicos e financeiros utilizados e adotados no plano de benefícios pelo atuário, com a concordância dos representantes do RPPS, adequados e aderentes às características da massa de segurados e beneficiários do RPPS e ao seu regimento. Como bases técnicas entendem-se, também, os regimes financeiros adotados para o financiamento dos benefícios, as tábuas biométricas utilizadas, bem como fatores e taxas utilizados para a estimação de receitas e encargos.
- 11. Beneficiário:** a pessoa física amparada pela cobertura previdenciária do RPPS, compreendendo o segurado e seus dependentes.
- 12. Conselho deliberativo:** órgão colegiado instituído na estrutura do ente federativo ou da unidade gestora do RPPS para o atendimento ao critério de organização e funcionamento desse regime pelo qual deve ser garantida a participação de representantes dos beneficiários do regime, nos colegiados ou instâncias de decisão em que seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação.
- 13. Conselho fiscal:** órgão colegiado instituído na estrutura do ente federativo ou da unidade gestora do RPPS que supervisiona a execução das políticas formuladas pelo conselho deliberativo e as medidas e ações desenvolvidas pelo órgão de direção do RPPS.
- 14. Custeio administrativo:** é a contribuição considerada na avaliação atuarial, expressa em alíquota e estabelecida em lei para o financiamento do custo administrativo do RPPS.
- 15. Custo administrativo:** o valor correspondente às necessidades de custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento da unidade gestora do RPPS, inclusive para a conservação de seu patrimônio, conforme limites estabelecidos em parâmetros gerais.



16. Custo normal: o valor correspondente às necessidades de custeio do plano de benefícios do RPPS, atuarialmente calculadas, conforme os regimes financeiros adotados, referentes a períodos compreendidos entre a data da avaliação e a data de início dos benefícios.

17. Custo suplementar: o valor correspondente às necessidades de custeio, atuarialmente calculadas, destinado à cobertura do tempo de serviço passado, ao equacionamento de déficit gerados pela ausência ou insuficiência de alíquotas de contribuição, inadequação das bases técnicas ou outras causas que ocasionaram a insuficiência de ativos necessários à cobertura das provisões matemáticas previdenciárias, de responsabilidade de todos os poderes, órgãos e entidades do ente federativo.

18. Déficit atuarial: resultado negativo apurado por meio do confronto entre o somatório dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios e os valores atuais do fluxo de contribuições futuras, do fluxo dos valores líquidos da compensação financeira a receber e do fluxo dos parcelamentos vigentes a receber, menos o somatório dos valores atuais dos fluxos futuros de pagamento dos benefícios do plano de benefícios.

19. Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA): documento elaborado em conformidade com os atos normativos da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda, exclusivo de cada RPPS, que demonstra, de forma resumida, as características gerais do plano de benefícios, da massa segurada pelo plano e os principais resultados da avaliação atuarial.

20. Duração do passivo: a média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios, conforme instrução normativa da Secretaria de Previdência.

21. Equacionamento de déficit atuarial: decisão do ente federativo quanto às formas, prazos, valores e condições em que se dará o completo reequilíbrio do plano de benefícios do RPPS, observadas as normas legais e regulamentares.

22. Equilíbrio atuarial: garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, ambas estimadas e projetadas atuarialmente, até a extinção da massa de segurados a que se refere; expressão utilizada para denotar a igualdade entre o total dos recursos garantidores do plano de benefícios do RPPS, acrescido das contribuições futuras e direitos, e o total de compromissos atuais e futuros do regime.

23. Fluxo atuarial: discriminação dos fluxos de recursos, direitos, receitas e encargos do plano de benefícios do RPPS, benefício a benefício, período a período, que se trazidos a valor presente pela taxa atuarial de juros adotada no plano, convergem para os resultados do Valor Atual dos Benefícios Futuros e do Valor Atual das Contribuições Futuras que deram origem aos montantes dos fundos de natureza atuarial, às provisões matemáticas (Provisões) a contabilizar e ao eventual déficit ou superavit apurados da avaliação atuarial.

24. Fundo em capitalização: fundo especial, instituído nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, com a finalidade de acumulação de recursos para pagamento dos compromissos definidos no Plano de Benefícios do RPPS, no qual o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição e idade foi estruturado sob o regime financeiro de capitalização e os demais benefícios em conformidade com a legislação federal.

25. Fundo em repartição: fundo especial, instituído nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, em caso de segregação da massa, em que as contribuições a serem pagas pelo ente federativo, pelos segurados ativos, aposentados e pensionistas vinculados ao RPPS são fixadas sem objetivo de acumulação de recursos, sendo as insuficiências aportadas pelo ente federativo, admitida a constituição de fundo para oscilação de riscos.

26. Meta de rentabilidade: é a taxa real anual de retorno esperada dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios, definida pela política de investimentos do RPPS.

27. Método de financiamento atuarial: metodologia adotada pelo atuário para estabelecer o nível de constituição das Provisões necessárias à cobertura dos benefícios estruturados no regime financeiro de capitalização, em face das características biométricas, demográficas, econômicas e financeiras dos segurados e beneficiários do RPPS.

28. Nota técnica atuarial (NTA): documento técnico elaborado por atuário e exclusivo de cada RPPS, em conformidade com a instrução normativa emanada da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda, que contém todas as formulações e expressões de cálculo das alíquotas de contribuição e dos encargos do plano de benefícios, das provisões (Provisões) matemáticas previdenciárias e fundos de natureza atuarial, em conformidade com as bases técnicas aderentes à população do RPPS, bem como descreve, de forma clara e precisa, as características gerais dos benefícios, as bases técnicas adotadas e metodologias utilizadas nas formulações.

29. Passivo atuarial: é o valor presente, atuarialmente calculado, dos benefícios referentes aos servidores, dado determinado método de financiamento do plano de benefícios.

30. Pensionista: o dependente em gozo de pensão previdenciária em decorrência de falecimento do segurado ao qual se encontrava vinculado.

31. Plano de benefícios: benefícios de natureza previdenciária oferecidos aos segurados do RPPS, segundo as regras constitucionais e legais, limitados ao conjunto estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS.



32. Plano de custeio: conjunto de alíquotas normais e suplementares e de aportes, discriminados por benefício, para financiamento do plano de benefícios e dos custos com a administração desse plano, necessários para se garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios.

33. Plano de custeio de equilíbrio: conjunto de alíquotas normais e suplementares e de aportes, discriminadas por benefício, para financiamento do Plano de Benefícios e dos custos com a administração desse plano, necessárias para se garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios, proposto na avaliação atuarial.

34. Plano de custeio vigente: conjunto de alíquotas normais e suplementares e de aportes para financiamento do plano de benefícios e dos custos com a administração desse plano, estabelecido em lei pelo ente federativo e vigente na posição da avaliação atuarial.

35. Projeções atuariais com as alíquotas de equilíbrio: compreendem as projeções de todas as receitas e despesas do RPPS, considerando o fluxo atuarial dos benefícios calculados pelo regime financeiro de capitalização, os benefícios calculados por capitais de cobertura e os benefícios calculados por repartição simples e taxa de administração, calculados com base nas novas alíquotas de equilíbrio, para atender as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

36. Projeções atuariais com as alíquotas vigentes: compreendem as projeções de todas as receitas e despesas do RPPS, considerando o fluxo atuarial dos benefícios calculados pelo regime financeiro de capitalização, os benefícios calculados por repartição de capitais de cobertura, os benefícios calculados por repartição simples e taxa de administração, calculados com base nas alíquotas vigentes, para atender as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

37. Provisão matemática de benefícios a conceder: corresponde ao valor presente dos encargos (compromissos) com um determinado benefício não concedido, líquidos das contribuições futuras e aportes futuros, ambos também a valor presente.

38. Provisão matemática de benefícios concedidos: corresponde ao valor presente dos encargos (compromissos) com um determinado benefício já concedido, líquidos das contribuições futuras e aportes futuros, ambos também a valor presente.

39. Regime financeiro de capitalização: regime onde há a formação de uma massa de recursos, acumulada durante o período de contribuição, capaz de garantir a geração de receitas equivalentes ao fluxo de fundos integralmente constituídos, para garantia dos benefícios iniciados após o período de acumulação dos recursos.

40. Regime financeiro de repartição de capitais de cobertura: regime no qual o valor atual do fluxo de contribuições normais futuras de um único exercício é igual ao valor atual de todo o fluxo de pagamento de benefícios futuros, fluxo esse considerado até sua extinção e apenas para benefícios cujo evento gerador do benefício venha ocorrer naquele único exercício.

41. Regime financeiro de repartição simples: regime em que o valor atual do fluxo de contribuições normais futuras de um único exercício é igual ao valor atual de todo o fluxo de benefícios futuros cujo pagamento venha a ocorrer nesse mesmo exercício.

42. Relatório da avaliação atuarial: documento elaborado por atuário legalmente habilitado que apresenta os resultados do estudo técnico desenvolvido, baseado na Nota Técnica Atuarial e demais bases técnicas, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia do equilíbrio financeiro e atuarial do plano de previdência.

43. Relatório de análise das hipóteses: instrumento de responsabilidade da unidade gestora do RPPS, elaborado por atuário legalmente responsável, pelo qual demonstra-se a adequação e aderência das bases técnicas adotadas na avaliação atuarial do regime próprio às características da massa de beneficiários do regime, às normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS e às normas editadas pelo ente federativo.

44. Reserva administrativa: constituída com os recursos destinados ao financiamento do custo administrativo do RPPS, relativos ao exercício corrente ou de sobras de custeio de exercícios anteriores e respectivos rendimentos, provenientes de alíquota de contribuição integrante do plano de custeio normal, aportes preestabelecidos para essa finalidade, repasses financeiros ou pagamentos diretos pelo ente federativo ou destinados a fundo administrativo instituído nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

45. Reserva de contingência: montante decorrente do resultado superavitário, para garantia de benefícios.

46. Resultado atuarial: resultado apurado por meio do confronto entre o somatório dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios com os valores atuais do fluxo de contribuições futuras, do fluxo dos valores líquidos da compensação financeira a receber, menos o somatório dos valores atuais dos fluxos futuros de pagamento dos benefícios do plano de benefícios, sendo superavitário caso as receitas superem as despesas, e, deficitário, em caso contrário.

47. Segregação da massa: a separação dos segurados do plano de benefícios do RPPS em grupos distintos que integrarão o Fundo em Capitalização e o Fundo em Repartição.



48. Segurado: o servidor público civil titular de cargo efetivo, o magistrado e o membro do Ministério Público e de tribunal de contas, ativo e aposentado; o militar estadual ativo, da reserva remunerada ou reformado, com vinculação previdenciária ao RPPS, abrangendo os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, instituições, órgãos e entidades autônomas.

49. Sobrevida média dos aposentados e pensionistas: representa a sobrevida média da tábua de mortalidade na data da avaliação atuarial e expresso em anos dos aposentados, pensionistas vitalícios e da duração do tempo do benefício das pensões temporárias, conforme instrução normativa da Secretaria de Previdência.

50. Superavit atuarial: resultado positivo apurado por meio do confronto entre o somatório dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios com os valores atuais do fluxo de contribuições futuras e do fluxo dos valores líquidos da compensação financeira a receber, menos o somatório dos valores atuais dos fluxos futuros de pagamento dos benefícios do plano de benefícios.

51. Tábuas biométricas: instrumentos demográficos estatísticos utilizados nas bases técnicas da avaliação atuarial que estimam as probabilidades de ocorrência de eventos relacionados de determinado grupo de pessoas, tais como: sobrevivência, mortalidade, incapacitação, morbidade etc.

52. Taxa atuarial de juros: é a taxa anual de retorno esperada dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios do RPPS, no horizonte de longo prazo, utilizada no cálculo dos direitos e compromissos do plano de benefícios a valor presente, sem utilização do índice oficial de inflação de referência do plano de benefícios.

53. Taxa de administração: compreende os limites a que o custo administrativo está submetido, expressos em termos de alíquotas e calculados nos termos dos parâmetros e diretrizes gerais para a organização e funcionamento dos RPPS.

54. Taxa de juros parâmetro: aquela cujo ponto da Estrutura a Termo de Juros Média, divulgada anualmente pela Secretaria de Previdência, seja o mais próximo à duração do passivo do respectivo plano de benefícios.

55. Valor atual das contribuições futuras: valor presente atuarial do fluxo das futuras contribuições de um plano de benefícios, considerando as bases técnicas indicadas na Nota Técnica Atuarial e os preceitos da Ciência Atuarial.

56. Valor atual dos benefícios futuros: valor presente atuarial do fluxo de futuros pagamentos de benefícios de um plano de benefícios, considerados as bases técnicas indicadas na Nota Técnica Atuarial e os preceitos da Ciência Atuarial.

57. Viabilidade financeira: capacidade de o ente federativo dispor de recursos financeiros suficientes para honrar os compromissos previstos no plano de benefícios do RPPS.

58. Viabilidade fiscal: capacidade de cumprimento dos limites fiscais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

59. Viabilidade orçamentária: capacidade de o ente federativo consignar receitas e fixar despesas, em seu orçamento anual, suficientes para honrar os compromissos com o RPPS.

60. Unidade gestora: a entidade ou órgão integrante da estrutura da administração pública do ente federativo que tenha por finalidade a administração, o gerenciamento e a operacionalização do RPPS, incluindo a arrecadação e a gestão de recursos, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios.

61. Valor Justo: valor pelo qual um ativo pode ser negociado ou um passivo liquidado entre as partes interessadas em condições ideais e com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação de comercialização.

Anexo II

Estatísticas

Tabela A.2.1.1

Situação da População Coberta	Quantidade		
	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Total
Ativos	3.924	1.930	5.854
Professores	1.574	336	1.910
Não Professores	2.350	1.594	3.944
Aposentados	1.469	537	2.006
Tempo de contribuição, idade de compulsória	1.183	414	1.597
Incapacidade permanentes	286	123	409
Pensionistas	274	116	390

Tabela A.2.1.2

Situação da População Coberta	Folha Mensal (R\$)		
	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Total
Ativos	21.185.175,27	12.896.317,65	34.081.492,92
Professores	7.718.499,25	2.184.118,71	9.902.617,96
Não Professores	13.466.676,02	10.712.198,95	24.178.874,96
Aposentados	12.158.577,16	5.416.451,52	17.575.028,68
Tempo de contribuição, idade de compulsória	10.859.647,75	4.598.200,74	15.457.848,49
Incapacidade permanentes	1.298.929,41	818.250,78	2.117.180,19
Pensionistas	1.377.179,20	505.836,44	1.883.015,63

Tabela A.2.1.3

Situação da População Coberta	Remuneração Média (R\$)		
	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Total
Ativos	5.398,87	6.682,03	5.821,92
Professores	4.903,75	6.500,35	5.184,62
Não Professores	5.730,50	6.720,33	6.130,55
Aposentados	8.276,77	10.086,50	8.761,23
Tempo de contribuição, idade de compulsória	9.179,75	11.106,77	9.679,30
Incapacidade permanentes	4.541,71	6.652,45	5.176,48
Pensionistas	5.026,20	4.360,66	4.828,25



Tabela A.2.1.4

Situação da População Coberta	Idade Média		
	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Total
Ativos	45,76	49,25	46,91
Professores	44,15	44,57	44,22
Não Professores	46,84	50,23	48,21
Aposentados	65,22	68,19	66,01
Tempo de contribuição, idade de compulsória	66,31	69,55	67,15
Incapacidade permanentes	60,71	63,61	61,59
Pensionistas	59,49	59,59	59,52

Tabela A.2.1.5

Situação da População Coberta	Idade Média na Admissão (anos)		
	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Total
Ativos	34,41	32,72	33,85
Professores	35,59	34,78	35,45
Não Professores	33,62	32,28	33,08
Aposentados	30,81	34,41	31,78
Tempo de contribuição, idade de compulsória	30,00	33,88	31,00
Incapacidade permanentes	34,19	36,19	34,79

Tabela A.2.1.6

Situação da População Coberta	Idade Média Projetada para Aposentadoria (anos)		
	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Total
Ativos	59,38	63,56	60,76
Professores	57,90	61,72	58,57
Não Professores	60,38	63,94	61,82

2.1.1 Estatísticas dos servidores ativos

2.1.1.1 Distribuição dos servidores ativos por faixa etária e sexo

Tabela A.2.1.1.1

Idade em anos	Quantidade		Frequência relativa na classe	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
18 a 23	0	5	0,00%	100,00%
23 a 27	24	122	16,44%	83,56%
27 a 31	70	229	23,41%	76,59%
31 a 35	65	260	20,00%	80,00%
35 a 39	132	368	26,40%	73,60%
39 a 43	242	537	31,07%	68,93%
43 a 47	319	693	31,52%	68,48%
47 a 51	276	552	33,33%	66,67%
51 a 55	203	422	32,48%	67,52%
55 a 59	206	296	41,04%	58,96%
59 a 65	265	311	46,01%	53,99%
Acima de 65	128	129	49,81%	50,19%
Total	1.930	3.924	32,97%	67,03%

2.1.1.2 Distribuição das faixas salariais por sexo

Tabela 2.1.1.2

Faixa Salarial (valores em reais)	Quantidade		Folha Salarial	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Até 1.000,00	0	0	0,00	0,00
1.000,00 a 2.000,00	1	5	1.863,32	9.357,98
2.000,00 a 3.000,00	199	507	492.285,69	1.218.699,33
3.000,00 a 4.000,00	248	878	826.479,80	3.151.493,85
4.000,00 a 5.000,00	176	651	813.435,09	2.962.321,64
5.000,00 a 6.000,00	478	862	2.615.968,52	4.714.806,45
6.000,00 a 10.000,00	539	757	3.944.121,48	5.421.093,27
Acima de 10.000,00	289	264	0,00	0,00
Total	1.930	3.924	8.694.153,90	17.477.772,52

2.1.1.3 Distribuição das faixas salariais por tipo de cargo

Tabela 2.1.1.3

Faixa Salarial	Quantidade		Folha Salarial	
	Professor	Não Professor	Professor	Não Professor



Até 1.000,00	0	0	0,00	0,00
1.000,00 a 2.000,00	0	6	0,00	11.221,29
2.000,00 a 3.000,00	2	704	5.142,25	1.705.842,78
3.000,00 a 4.000,00	609	517	2.213.113,36	1.764.860,29
4.000,00 a 5.000,00	399	428	1.773.527,02	2.002.229,71
5.000,00 a 6.000,00	522	818	2.836.265,62	4.494.509,35
6.000,00 a 10.000,00	344	952	2.636.614,76	6.728.599,99
Acima de 10.000,00	34	519	437.954,95	7.471.611,56
Total	1.910	3.944	9.902.617,96	24.178.874,96

2.1.1.4 Tempo médio de contribuição para o RPPS separado por sexo

Tabela 2.1.1.4

Tempo médio no município em anos	Quantidade		Frequência Relativa na classe	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
0 a 5	350	1.548	18,44%	81,56%
5 a 10	102	248	29,14%	70,86%
10 a 15	316	673	31,95%	68,05%
15 a 20	445	791	36,00%	64,00%
20 a 25	446	440	50,34%	49,66%
25 a 30	35	77	31,25%	68,75%
30 a 35	154	98	61,11%	38,89%
Acima de 35	82	49	62,60%	37,40%

2.1.1.5 Tempo médio estimado para aposentadoria separado por sexo

Tabela 2.1.1.5

Tempo estimado para aposentadoria	Quantidade		Frequência Relativa na classe	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
0 a 5	461	712	39,30%	60,70%
5 a 10	212	710	22,99%	77,01%
10 a 15	259	656	28,31%	71,69%
15 a 20	386	880	30,49%	69,51%
20 a 25	355	600	37,17%	62,83%
25 a 30	174	289	37,58%	62,42%
30 a 35	70	68	50,72%	49,28%
Acima de 35	13	9	59,09%	40,91%

2.1.2 Estatísticas dos servidores aposentados

2.1.2.1 Distribuição dos servidores aposentados por quantidade, sexo e idade

Tabela 2.1.2.1

Idade em anos	Quantidade		Frequência Relativa na classe	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Até 30	0	0	0,00%	0,00%
30 a 40	1	5	16,67%	83,33%
40 a 50	11	60	15,49%	84,51%
50 a 55	12	71	14,46%	85,54%
55 a 60	52	270	16,15%	83,85%
60 a 65	104	318	24,64%	75,36%
65 a 70	141	328	30,06%	69,94%
70 a 75	117	211	35,67%	64,33%
75 a 80	55	142	27,92%	72,08%
80 a 85	29	50	36,71%	63,29%
85 a 90	9	10	47,37%	52,63%
Acima de 90	6	4	60,00%	40,00%
Total	537	1.469	26,77%	73,23%

2.1.2.2 Distribuição dos servidores aposentados por quantidade, sexo e folha salarial

Tabela 2.1.2.2

Faixa de benefício (valores em reais)	Quantidade		Folha Salarial	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Até 1.000,00	0	0	0,00	0,00
1.000,00 a 2.000,00	57	131	91.797,49	210.959,73
2.000,00 a 3.000,00	54	131	142.310,68	337.099,59
3.000,00 a 4.000,00	41	94	138.823,97	315.326,24
4.000,00 a 5.000,00	27	72	119.449,99	317.820,85
5.000,00 a 6.000,00	32	59	178.556,29	324.947,41
6.000,00 a 10.000,00	114	579	884.052,53	4.787.489,29
Acima de 10.000,00	212	403	3.861.460,57	5.864.934,04
Total	537	1.469	5.416.451,52	12.158.577,16

2.1.2.3 Distribuição dos servidores aposentados por idade, tipo de aposentadoria e quantidade

Tabela 2.1.2.3

Faixa Etária	Quantidade		Frequência relativa da Classe	
	Aposentadoria Normal	Aposentadoria por Incapacidade Permanente	Aposentadoria Normal	Aposentadoria por Incapacidade Permanente
Até 30	0	0	0,00%	0,00%
30 a 40	0	6	0,00%	100,00%
40 a 50	0	71	0,00%	100,00%
50 a 55	40	43	48,19%	51,81%
55 a 60	257	65	79,81%	20,19%
60 a 65	362	60	85,78%	14,22%
65 a 70	411	58	87,63%	12,37%
70 a 75	271	57	82,62%	17,38%
75 a 80	167	30	84,77%	15,23%
80 a 85	66	13	83,54%	16,46%
85 a 90	13	6	68,42%	31,58%
Acima de 90	10	0	100,00%	0,00%
Total	1.597	409	79,61%	20,39%

2.1.3 Estatísticas dos pensionistas

2.1.3.1 Distribuição dos pensionistas por quantidade, sexo e idade

Tabela 2.1.3.1

Idade em anos	Quantidade		Frequência Relativa na classe	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Até 30	14	38	26,92%	73,08%
30 a 40	2	3	40,00%	60,00%
40 a 50	11	17	39,29%	60,71%
50 a 55	6	15	28,57%	71,43%
55 a 60	10	31	24,39%	75,61%
60 a 65	18	34	34,62%	65,38%
65 a 70	17	42	28,81%	71,19%
70 a 75	16	39	29,09%	70,91%
75 a 80	7	26	21,21%	78,79%
80 a 85	12	18	40,00%	60,00%
85 a 90	2	7	22,22%	77,78%
Acima de 90	1	4	20,00%	80,00%
Total	116	274	29,74%	70,26%

2.1.3.2 Distribuição dos pensionistas por benefício, quantidade, folha e sexo

Tabela 2.1.3.2

Faixa de benefício (valores em reais)	Quantidade		Folha de benefício	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino



Até 1.000,00	8	23	6.209,45	16.881,59
1.000,00 a 2.000,00	21	49	32.164,54	78.458,82
2.000,00 a 3.000,00	25	44	60.614,82	103.183,11
3.000,00 a 4.000,00	13	33	45.919,11	113.878,93
4.000,00 a 5.000,00	13	36	57.181,43	162.221,45
5.000,00 a 6.000,00	11	16	60.728,75	88.103,38
6.000,00 a 10.000,00	20	45	157.411,83	343.432,86
Acima de 10.000,00	5	28	85.606,51	471.019,06

2.1.3.3 Distribuição dos pensionistas por tempo médio em benefício, quantidade e sexo

Tabela 2.1.3.3

Tempo médio em benefício em anos	Quantidade		Frequência Relativa na classe	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
0 a 5	49	80	37,98%	62,02%
5 a 10	27	74	26,73%	73,27%
10 a 15	17	52	24,64%	75,36%
15 a 20	12	22	35,29%	64,71%
20 a 25	8	20	28,57%	71,43%
25 a 30	3	22	12,00%	88,00%
30 a 35	0	3	0,00%	100,00%
Acima de 35	0	1	0,00%	100,00%
Total	116	274	29,74%	70,26%

Anexo III

Provisões Matemáticas

Data Base 31/12/2025

Código	Conta	Valor
2.2.7.2.0.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	3.353.043.578,47
2.2.7.2.1.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO – CONSOLIDAÇÃO	3.353.043.578,47
2.2.7.2.1.01.00	RPPS - FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	0,00
2.2.7.2.1.01.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES CONCEDIDAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.01.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.01.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.01.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.01.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00
2.2.7.2.1.02.00	RPPS - FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	0,00
2.2.7.2.1.02.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.02.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.02.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.02.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.02.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00
2.2.7.2.1.03.00	RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	2.313.860.022,98
2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES CONCEDIDAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	2.838.967.023,08
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	96.640.101,17
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	9.793.426,12
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	418.673.472,81
2.2.7.2.1.03.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00
2.2.7.2.1.04.00	RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	1.039.183.555,49
2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	1.689.323.609,51
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	319.599.407,45
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	249.889.617,50
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	80.651.029,07
2.2.7.2.1.04.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00
2.2.7.2.2.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - INTRA OFSS	0,00
2.2.7.2.2.01.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	0,00
2.2.7.2.2.01.01	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	0,00
2.2.7.2.2.02.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	0,00
2.2.7.2.2.02.03	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS A CONCEDER	0,00

Nota Explicativa 1:

As Provisões Matemáticas acima foram apuradas pelo método do Crédito Unitário Projetado, atendendo às normas de contabilidade (NBC TSP 15).



Valor Atual do Plano de Amortização Data Base 31/12/2025

Código	conta	valor
1.2.1.1.2.08.01	VALOR ATUAL DOS APORTES PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	1.628.124.952,85
1.2.1.1.2.08.02	VALOR ATUAL DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL SUPLEMENTAR PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	0,00

Nota Explicativa 3:

No PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público foi suprimida a conta redutora do valor presente das receitas futuras com o plano de amortização vigente, previsto em lei. O lançamento de tal valor deve ser na parte dos ativos, na conta indicada acima.

Anexo IV

Projeção da Evolução das Provisões Matemáticas Para os Próximos Doze Meses

Tabela anexo 4.1

Evolução das Provisões Matemáticas com Benefícios Concedidos			
Mês (2026)	Provisões Matemáticas – Benefícios Concedidos	Provisões Matemáticas – Benefícios a Conceder	Provisões Matemáticas – Totais
1	2.297.518.503,96	681.554.620,94	2.979.073.124,89
2	2.297.518.503,96	686.906.980,18	2.984.425.484,13
3	2.281.176.984,93	692.259.339,41	2.973.436.324,34
4	2.264.835.465,90	697.611.698,65	2.962.447.164,55
5	2.248.493.946,87	702.964.057,89	2.951.458.004,76
6	2.232.152.427,84	708.316.417,13	2.940.468.844,97
7	2.215.810.908,81	713.668.776,37	2.929.479.685,18
8	2.199.469.389,78	719.021.135,61	2.918.490.525,38
9	2.183.127.870,75	724.373.494,85	2.907.501.365,59
10	2.166.786.351,72	729.725.854,08	2.896.512.205,80
11	2.150.444.832,69	735.078.213,32	2.885.523.046,01
12	2.134.103.313,66	740.430.572,56	2.874.533.886,22



Anexo V

Projeção Atuarial

Modelo em conformidade com Portaria MTP nº 1467/22

Tabela anexo 5.2

Ano	Receita de Contribuição	Receita de COMPREV	Rentabilidade	Plano de amortização	Total de Receitas	Despesas Previdenciárias	Saldo Financeiro	Saldo Acumulado
2026	106.305.722,10	43.514.911,67	74.886.495,27	55.657.725,70	280.364.854,74	289.061.988,54	-8.697.133,80	1.414.537.573,46
2027	104.432.935,56	42.822.060,44	75.528.198,88	79.216.188,40	301.999.383,28	289.878.187,63	12.121.195,65	1.426.658.769,11
2028	102.808.898,83	43.282.057,22	76.834.779,56	91.832.851,85	314.758.587,47	290.078.470,31	24.680.117,15	1.451.338.886,27
2029	99.358.181,03	43.692.383,75	77.993.671,46	92.541.070,58	313.585.306,83	291.694.896,14	21.890.410,69	1.473.229.296,95
2030	96.987.184,42	44.002.575,81	79.213.879,04	93.838.371,92	314.042.011,20	290.993.403,31	23.048.607,89	1.496.277.904,84
2031	94.917.958,05	44.284.011,27	80.577.627,37	95.135.673,27	314.915.269,96	289.155.308,32	25.759.961,64	1.522.037.866,48
2032	92.448.287,75	44.704.645,18	82.036.380,95	96.432.974,62	315.622.288,50	288.067.764,11	27.554.524,39	1.549.592.390,87
2033	88.033.834,68	45.375.733,38	83.315.099,76	97.730.275,96	314.454.943,78	290.301.112,17	24.153.831,61	1.573.746.222,48
2034	84.518.745,72	45.973.110,64	84.549.420,27	99.027.577,31	314.068.853,94	290.753.665,54	23.315.188,39	1.597.061.410,87
2035	80.907.558,34	46.617.901,49	85.745.734,12	100.324.878,66	313.596.072,61	290.998.795,45	22.597.277,16	1.619.658.688,03
2036	77.715.230,82	25.862.838,60	85.802.917,90	101.622.180,00	291.003.167,32	289.923.018,00	1.080.149,32	1.620.738.837,35
2037	74.333.713,22	25.297.368,39	85.768.163,98	102.919.481,35	288.318.726,94	288.975.196,68	-656.469,74	1.620.082.367,62
2038	71.162.520,93	24.668.916,19	85.688.382,50	104.216.782,69	285.736.602,31	287.243.601,66	-1.506.999,35	1.618.575.368,27
2039	67.540.420,44	24.071.002,79	85.506.173,38	105.514.084,04	282.631.680,65	286.073.444,74	-3.441.764,09	1.615.133.604,17
2040	63.032.337,81	23.506.503,96	85.091.893,24	106.811.385,39	278.442.120,39	286.267.494,38	-7.825.374,00	1.607.308.230,18
2041	57.807.102,42	22.974.807,17	84.329.153,87	108.108.686,73	273.219.750,20	287.627.200,86	-14.407.450,66	1.592.900.779,51
2042	52.456.632,46	22.443.444,74	83.200.980,36	109.405.988,08	267.507.045,65	288.817.213,96	-21.310.168,32	1.571.590.611,20
2043	46.936.341,98	21.869.902,71	81.677.824,71	110.703.289,43	261.187.358,83	289.958.379,50	-28.771.020,67	1.542.819.590,52
2044	41.737.469,94	21.257.962,44	79.808.202,80	112.000.590,77	254.804.225,97	290.119.678,00	-35.315.452,04	1.507.504.138,49
2045	35.931.475,89	20.700.436,95	77.490.984,29	113.297.892,12	247.420.789,25	291.190.932,99	-43.770.143,74	1.463.733.994,75
2046	30.909.069,74	20.067.005,01	74.849.130,97	114.595.193,47	240.420.399,19	290.322.598,07	-49.902.198,88	1.413.831.795,87
2047	25.894.738,15	19.429.188,09	71.879.756,16	115.892.494,81	233.096.177,22	289.184.958,25	-56.088.781,03	1.357.743.014,83
2048	21.827.778,82	18.708.604,36	68.731.071,74	117.189.796,16	226.457.251,08	285.933.027,07	-59.475.775,99	1.298.267.238,85
2049	18.492.536,17	17.908.322,26	65.520.122,24	118.487.097,51	220.408.078,18	281.059.984,73	-60.651.906,55	1.237.615.332,30
2050	15.231.731,22	17.109.142,00	62.261.538,27	119.784.398,85	214.386.810,34	275.938.488,66	-61.551.678,33	1.176.063.653,97
2051	12.288.054,07	17.348.797,78	58.947.773,97	121.081.700,20	209.666.326,02	272.260.310,30	-62.593.984,28	1.113.469.669,69
2052	10.056.688,00	16.703.988,37	55.672.679,84	122.379.001,55	204.812.357,76	266.675.897,79	-61.863.540,03	1.051.606.129,66
2053	8.202.514,31	16.012.404,03	52.518.291,18	123.676.302,89	200.409.512,42	259.993.036,38	-59.583.523,96	992.022.605,70
2054	6.628.079,98	15.149.252,17	49.609.766,52	124.973.604,24	196.360.702,90	251.300.080,26	-54.939.377,36	937.083.228,34
2055	5.136.669,57	14.317.334,36	46.966.426,69	126.270.905,59	192.691.336,20	242.621.613,85	-49.930.277,64	887.152.950,69
2056	3.809.009,48	13.504.752,36	44.620.300,03	127.568.206,93	189.502.268,81	233.818.460,91	-44.316.192,10	842.836.758,59
2057	3.000.639,98	12.671.629,98	42.661.558,37	128.865.508,28	187.199.336,61	224.198.179,57	-36.998.842,95	805.837.915,64



Ano	Receita de Contribuição	Receita de COMPREV	Rentabilidade	Plano de amortização	Total de Receitas	Despesas Previdenciárias	Saldo Financeiro	Saldo Acumulado
2058	2.370.677,44	11.855.906,93	41.128.914,19	130.162.809,63	185.518.308,18	214.468.558,48	-28.950.250,30	776.887.665,34
2059	1.904.865,57	11.066.565,45	40.059.362,71	131.460.110,97	184.490.904,70	204.693.756,40	-20.202.851,70	756.684.813,64
2060	1.469.008,14	10.369.774,85	39.441.396,85	132.757.412,32	184.037.592,16	195.710.403,38	-11.672.811,21	745.012.002,42
2061	1.140.481,45	9.682.556,28	39.315.246,78	134.054.713,67	184.192.998,17	186.575.857,87	-2.382.859,70	742.629.142,72
2062	862.911,50	9.017.273,48	39.712.459,40	135.352.015,01	184.944.659,39	177.441.675,54	7.502.983,85	750.132.126,57
2063	707.030,12	8.365.125,93	40.675.749,86	136.649.316,36	186.397.222,27	168.201.544,29	18.195.677,98	768.327.804,55
2064	557.882,40	7.725.903,45	42.240.259,17	137.946.617,71	188.470.662,73	158.918.509,18	29.552.153,55	797.879.958,10
2065	458.984,63	7.122.983,51	44.435.014,41	139.243.124,42	191.260.106,97	149.803.182,79	41.456.924,18	839.336.882,28
2066	375.498,91	6.557.804,31	39.429.964,58	0,00	46.363.267,80	140.904.092,84	-94.540.825,04	744.796.057,24
2067	294.173,54	6.036.690,86	34.592.024,51	0,00	40.922.888,91	132.307.163,02	-91.384.274,11	653.411.783,13
2068	237.767,60	5.542.637,55	29.926.443,25	0,00	35.706.848,39	123.835.421,81	-88.128.573,42	565.283.209,71
2069	190.646,57	5.078.216,33	25.435.159,39	0,00	30.704.022,29	115.540.276,71	-84.836.254,42	480.446.955,30
2070	152.045,03	4.642.596,01	21.120.386,60	0,00	25.915.027,64	107.417.149,11	-81.502.121,47	398.944.833,83
2071	120.864,79	4.236.300,69	16.982.559,52	0,00	21.339.725,00	99.499.503,40	-78.159.778,39	320.785.055,43
2072	95.563,09	3.856.766,26	13.022.160,12	0,00	16.974.489,48	91.782.820,84	-74.808.331,36	245.976.724,08
2073	75.723,58	3.503.739,14	9.238.093,88	0,00	12.817.556,60	84.295.115,66	-71.477.559,05	174.499.165,02
2074	60.070,12	3.175.095,75	5.628.592,45	0,00	8.863.758,32	77.043.947,19	-68.180.188,87	106.318.976,15
2075	47.701,78	2.869.167,26	2.190.544,21	0,00	5.107.413,26	70.049.007,78	-64.941.594,53	41.377.381,62
2076	37.910,10	2.584.618,07	0,00	0,00	2.622.528,18	63.343.383,86	-60.720.855,68	0,00
2077	30.067,97	2.319.742,44	0,00	0,00	2.349.810,42	56.940.359,61	-54.590.549,19	0,00
2078	23.784,95	2.073.953,60	0,00	0,00	2.097.738,55	50.875.163,90	-48.777.425,35	0,00
2079	18.714,04	1.846.306,01	0,00	0,00	1.865.020,05	45.165.063,26	-43.300.043,21	0,00
2080	14.578,18	1.636.419,20	0,00	0,00	1.650.997,39	39.840.050,43	-38.189.053,05	0,00
2081	11.198,59	1.443.425,34	0,00	0,00	1.454.623,94	34.910.364,80	-33.455.740,86	0,00
2082	8.454,00	1.266.711,69	0,00	0,00	1.275.165,69	30.388.832,41	-29.113.666,72	0,00
2083	6.256,51	1.105.418,10	0,00	0,00	1.111.674,61	26.271.371,52	-25.159.696,91	0,00
2084	4.533,51	958.998,13	0,00	0,00	963.531,64	22.559.495,05	-21.595.963,41	0,00
2085	3.209,76	826.521,33	0,00	0,00	829.731,09	19.232.658,16	-18.402.927,07	0,00
2086	2.216,88	707.086,45	0,00	0,00	709.303,33	16.269.926,49	-15.560.623,16	0,00
2087	1.496,04	600.416,76	0,00	0,00	601.912,80	13.656.555,55	-13.054.642,75	0,00
2088	989,62	505.786,19	0,00	0,00	506.775,81	11.366.344,82	-10.859.569,01	0,00
2089	642,42	422.517,80	0,00	0,00	423.160,22	9.375.427,58	-8.952.267,36	0,00
2090	407,69	350.047,22	0,00	0,00	350.454,91	7.661.985,15	-7.311.530,25	0,00
2091	251,24	287.455,17	0,00	0,00	287.706,42	6.199.529,88	-5.911.823,46	0,00
2092	150,20	233.882,21	0,00	0,00	234.032,41	4.963.601,44	-4.729.569,03	0,00
2093	88,31	188.378,14	0,00	0,00	188.466,45	3.926.976,65	-3.738.510,21	0,00
2094	52,94	150.033,04	0,00	0,00	150.085,98	3.067.166,75	-2.917.080,77	0,00
2095	33,96	118.010,53	0,00	0,00	118.044,49	2.360.474,84	-2.242.430,35	0,00



Ano	Receita de Contribuição	Receita de COMPREV	Rentabilidade	Plano de amortização	Total de Receitas	Despesas Previdenciárias	Saldo Financeiro	Saldo Acumulado
2096	23,94	91.535,43	0,00	0,00	91.559,36	1.787.768,19	-1.696.208,83	0,00
2097	17,97	69.837,03	0,00	0,00	69.855,00	1.329.074,47	-1.259.219,48	0,00
2098	13,63	52.311,30	0,00	0,00	52.324,93	967.812,13	-915.487,20	0,00
2099	10,07	38.406,75	0,00	0,00	38.416,82	687.364,57	-648.947,75	0,00
2100	7,12	27.538,15	0,00	0,00	27.545,27	474.094,39	-446.549,11	0,00
2101	4,75	19.235,93	0,00	0,00	19.240,68	316.115,00	-296.874,32	0,00

Anexo VI

Projeções Atuariais Para o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO

Projeção atuarial em conformidade às exigências do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, 15ª Edição.
RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R\$ 1,00

Tabela A6.1

Ano	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2025	383.138.812,47	270.661.359,51	112.477.452,96	1.423.234.707,26
2026	280.364.854,74	289.061.988,54	(8.697.133,80)	1.414.537.573,46
2027	301.999.383,28	289.878.187,63	12.121.195,65	1.426.658.769,11
2028	314.758.587,47	290.078.470,31	24.680.117,15	1.451.338.886,27
2029	313.585.306,83	291.694.896,14	21.890.410,69	1.473.229.296,95
2030	314.042.011,20	290.993.403,31	23.048.607,89	1.496.277.904,84
2031	314.915.269,96	289.155.308,32	25.759.961,64	1.522.037.866,48
2032	315.622.288,50	288.067.764,11	27.554.524,39	1.549.592.390,87
2033	314.454.943,78	290.301.112,17	24.153.831,61	1.573.746.222,48
2034	314.068.853,94	290.753.665,54	23.315.188,39	1.597.061.410,87
2035	313.596.072,61	290.998.795,45	22.597.277,16	1.619.658.688,03
2036	291.003.167,32	289.923.018,00	1.080.149,32	1.620.738.837,35
2037	288.318.726,94	288.975.196,68	(656.469,74)	1.620.082.367,62
2038	285.736.602,31	287.243.601,66	(1.506.999,35)	1.618.575.368,27
2039	282.631.680,65	286.073.444,74	(3.441.764,09)	1.615.133.604,17
2040	278.442.120,39	286.267.494,38	(7.825.374,00)	1.607.308.230,18
2041	273.219.750,20	287.627.200,86	(14.407.450,66)	1.592.900.779,51
2042	267.507.045,65	288.817.213,96	(21.310.168,32)	1.571.590.611,20
2043	261.187.358,83	289.958.379,50	(28.771.020,67)	1.542.819.590,52
2044	254.804.225,97	290.119.678,00	(35.315.452,04)	1.507.504.138,49
2045	247.420.789,25	291.190.932,99	(43.770.143,74)	1.463.733.994,75
2046	240.420.399,19	290.322.598,07	(49.902.198,88)	1.413.831.795,87
2047	233.096.177,22	289.184.958,25	(56.088.781,03)	1.357.743.014,83
2048	226.457.251,08	285.933.027,07	(59.475.775,99)	1.298.267.238,85
2049	220.408.078,18	281.059.984,73	(60.651.906,55)	1.237.615.332,30
2050	214.386.810,34	275.938.488,66	(61.551.678,33)	1.176.063.653,97
2051	209.666.326,02	272.260.310,30	(62.593.984,28)	1.113.469.669,69
2052	204.812.357,76	266.675.897,79	(61.863.540,03)	1.051.606.129,66
2053	200.409.512,42	259.993.036,38	(59.583.523,96)	992.022.605,70



Ano	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2054	196.360.702,90	251.300.080,26	(54.939.377,36)	937.083.228,34
2055	192.691.336,20	242.621.613,85	(49.930.277,64)	887.152.950,69
2056	189.502.268,81	233.818.460,91	(44.316.192,10)	842.836.758,59
2057	187.199.336,61	224.198.179,57	(36.998.842,95)	805.837.915,64
2058	185.518.308,18	214.468.558,48	(28.950.250,30)	776.887.665,34
2059	184.490.904,70	204.693.756,40	(20.202.851,70)	756.684.813,64
2060	184.037.592,16	195.710.403,38	(11.672.811,21)	745.012.002,42
2061	184.192.998,17	186.575.857,87	(2.382.859,70)	742.629.142,72
2062	184.944.659,39	177.441.675,54	7.502.983,85	750.132.126,57
2063	186.397.222,27	168.201.544,29	18.195.677,98	768.327.804,55
2064	188.470.662,73	158.918.509,18	29.552.153,55	797.879.958,10
2065	191.260.106,97	149.803.182,79	41.456.924,18	839.336.882,28
2066	46.363.267,80	140.904.092,84	(94.540.825,04)	744.796.057,24
2067	40.922.888,91	132.307.163,02	(91.384.274,11)	653.411.783,13
2068	35.706.848,39	123.835.421,81	(88.128.573,42)	565.283.209,71
2069	30.704.022,29	115.540.276,71	(84.836.254,42)	480.446.955,30
2070	25.915.027,64	107.417.149,11	(81.502.121,47)	398.944.833,83
2071	21.339.725,00	99.499.503,40	(78.159.778,39)	320.785.055,43
2072	16.974.489,48	91.782.820,84	(74.808.331,36)	245.976.724,08
2073	12.817.556,60	84.295.115,66	(71.477.559,05)	174.499.165,02
2074	8.863.758,32	77.043.947,19	(68.180.188,87)	106.318.976,15
2075	5.107.413,26	70.049.007,78	(64.941.594,53)	41.377.381,62
2076	2.622.528,18	63.343.383,86	(60.720.855,68)	0,00
2077	2.349.810,42	56.940.359,61	(54.590.549,19)	0,00
2078	2.097.738,55	50.875.163,90	(48.777.425,35)	0,00
2079	1.865.020,05	45.165.063,26	(43.300.043,21)	0,00
2080	1.650.997,39	39.840.050,43	(38.189.053,05)	0,00
2081	1.454.623,94	34.910.364,80	(33.455.740,86)	0,00
2082	1.275.165,69	30.388.832,41	(29.113.666,72)	0,00
2083	1.111.674,61	26.271.371,52	(25.159.696,91)	0,00
2084	963.531,64	22.559.495,05	(21.595.963,41)	0,00
2085	829.731,09	19.232.658,16	(18.402.927,07)	0,00
2086	709.303,33	16.269.926,49	(15.560.623,16)	0,00
2087	601.912,80	13.656.555,55	(13.054.642,75)	0,00
2088	506.775,81	11.366.344,82	(10.859.569,01)	0,00
2089	423.160,22	9.375.427,58	(8.952.267,36)	0,00
2090	350.454,91	7.661.985,15	(7.311.530,25)	0,00



Ano	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2091	287.706,42	6.199.529,88	(5.911.823,46)	0,00
2092	234.032,41	4.963.601,44	(4.729.569,03)	0,00
2093	188.466,45	3.926.976,65	(3.738.510,21)	0,00
2094	150.085,98	3.067.166,75	(2.917.080,77)	0,00
2095	118.044,49	2.360.474,84	(2.242.430,35)	0,00
2096	91.559,36	1.787.768,19	(1.696.208,83)	0,00
2097	69.855,00	1.329.074,47	(1.259.219,48)	0,00
2098	52.324,93	967.812,13	(915.487,20)	0,00
2099	38.416,82	687.364,57	(648.947,75)	0,00
2100	27.545,27	474.094,39	(446.549,11)	0,00

Anexo VII

Resultado da Duração do Passivo e Análise Evolutiva

Para calcular a Duração do Passivo é feita a média dos passivos atuariais líquidos das contribuições dos aposentados e pensionistas trazidos a valor presente, ponderados pelos anos, em conformidade com o artigo 39 da Portaria MTP nº 1.467/2022. O cálculo considera os passivos dos fluxos atuariais descritos na Portaria MTP nº 1.467/2022, artigo 29.

$$\text{Duração do Passivo} = \frac{\sum_{i=1}^N \left[\left(\frac{Fi}{(1+TA)^{(i-0,5)}} \right) \cdot (i-0,5) \right]}{\sum_{i=1}^N \left(\frac{Fi}{(1+TA)^{(i-0,5)}} \right)}$$

Onde:

Fi: somatório dos pagamentos de benefícios de cada plano, líquidos das contribuições dos aposentados e pensionistas, relativos ao *i*-ésimo prazo;

i: prazo, em anos, resultante da diferença entre o ano de ocorrência dos fluxos (*Fi*) e o ano de cálculo; e

TA: a taxa de juros real anual que foi utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de benefícios e contribuições do RPPS na avaliação atuarial relativa ao exercício anterior.

O valor da Duração do Passivo do **Instituto de Previdência Social de Angra dos Reis** pelos cálculos realizados com data base em 31/12/2025 foi calculado em **12,83 anos**.

Anexo VIII

Tábuas Biométricas

Idade x	IBGE-2024 Feminina	IBGE-2024 Masculina	Álvaro Vindas
	q_x	q_x	i_x
0	0,011213	0,013248	0,000000
1	0,000713	0,000784	0,000000
2	0,000557	0,000627	0,000000
3	0,000438	0,000504	0,000000
4	0,000350	0,000408	0,000000
5	0,000286	0,000335	0,000000
6	0,000241	0,000281	0,000000
7	0,000212	0,000242	0,000000
8	0,000194	0,000218	0,000000
9	0,000187	0,000208	0,000000
10	0,000188	0,000211	0,000000
11	0,000198	0,000233	0,000000
12	0,000215	0,000278	0,000000
13	0,000240	0,000360	0,000000
14	0,000273	0,000494	0,000000
15	0,000313	0,000701	0,000575
16	0,000357	0,000988	0,000573
17	0,000401	0,001335	0,000572
18	0,000443	0,001687	0,000570
19	0,000479	0,001973	0,000569
20	0,000509	0,002160	0,000569
21	0,000534	0,002254	0,000569
22	0,000558	0,002294	0,000569
23	0,000583	0,002321	0,000570
24	0,000610	0,002353	0,000572
25	0,000639	0,002396	0,000575
26	0,000671	0,002441	0,000579
27	0,000705	0,002475	0,000583
28	0,000740	0,002491	0,000589
29	0,000775	0,002488	0,000596
30	0,000812	0,002475	0,000605
31	0,000851	0,002463	0,000615
32	0,000893	0,002463	0,000628
33	0,000940	0,002484	0,000643
34	0,000995	0,002529	0,000660



Idade x	IBGE-2024 Feminina	IBGE-2024 Masculina	Álvaro Vindas
	q_x	q_x	i_x
35	0,001057	0,002601	0,000681
36	0,001129	0,002696	0,000704
37	0,001213	0,002813	0,000732
38	0,001309	0,002949	0,000764
39	0,001416	0,003100	0,000801
40	0,001535	0,003265	0,000844
41	0,001661	0,003442	0,000893
42	0,001792	0,003629	0,000949
43	0,001927	0,003829	0,001014
44	0,002065	0,004042	0,001088
45	0,002208	0,004275	0,001174
46	0,002360	0,004534	0,001271
47	0,002527	0,004827	0,001383
48	0,002713	0,005159	0,001511
49	0,002921	0,005537	0,001657
50	0,003155	0,005963	0,001823
51	0,003413	0,006439	0,002014
52	0,003695	0,006964	0,002231
53	0,004000	0,007534	0,002479
54	0,004327	0,008144	0,002762
55	0,004675	0,008787	0,003089
56	0,005046	0,009459	0,003452
57	0,005443	0,010157	0,003872
58	0,005874	0,010888	0,004350
59	0,006350	0,011669	0,004895
60	0,006888	0,012532	0,005516
61	0,007512	0,013520	0,006223
62	0,008237	0,014668	0,007029
63	0,009076	0,016000	0,007947
64	0,010021	0,017508	0,008993
65	0,011039	0,019141	0,010183
66	0,012083	0,020826	0,011542
67	0,013099	0,022473	0,013087
68	0,014065	0,024033	0,014847
69	0,015007	0,025527	0,016852
70	0,016001	0,027045	0,019135
71	0,017185	0,028756	0,021734
72	0,018694	0,030820	0,024695
73	0,020655	0,033369	0,028066



Idade x	IBGE-2024 Feminina	IBGE-2024 Masculina	Álvaro Vindas
	q_x	q_x	i_x
74	0,023154	0,036470	0,031904
75	0,026185	0,040068	0,036275
76	0,029688	0,044063	0,041252
77	0,033528	0,048295	0,046919
78	0,037591	0,052670	0,055371
79	0,041884	0,057265	0,060718
80	0,046531	0,062284	0,069084
81	0,051862	0,068133	0,078608
82	0,058234	0,075207	0,089453
83	0,065912	0,083731	0,101800
84	0,074989	0,093706	0,115899
85	0,085088	0,104583	0,131865
86	0,095569	0,115551	0,190090
87	0,105610	0,125683	0,170840
88	0,114529	0,134282	0,194465
89	0,122363	0,141486	0,221363
90	0,128318	0,149217	0,251988
91	0,135051	0,158129	0,000000
92	0,142707	0,168474	0,000000
93	0,151467	0,180584	0,000000
94	0,161565	0,194893	0,000000
95	0,173298	0,211984	0,000000
96	0,187059	0,232657	0,000000
97	0,203371	0,258022	0,000000
98	0,222943	0,289669	0,000000
99	0,246759	0,329905	0,000000
100	0,276210	0,382135	0,000000
101	0,313305	0,451347	0,000000
102	0,360996	0,544372	0,000000
103	0,423638	0,667940	0,000000
104	0,507419	0,817221	0,000000
105	0,619659	0,947168	0,000000
106	0,762152	0,996345	0,000000
107	0,907637	0,999986	0,000000
108	0,987883	1,000000	0,000000
109	0,999833	1,000000	0,000000
110	1,000000	1,000000	0,000000
111	1,000000	1,000000	0,000000

Anexo IX

Ganhos e Perdas Atuariais

Ganhos e Perdas Atuariais são alterações no valor das obrigações de benefícios definidos e de seus ativos garantidores, que são causados por ajustes pela experiência ou por mudanças nas premissas atuariais. A análise foi realizada a partir de três ópticas:

- Retorno sobre os ativos garantidores;
- Ajustes pela experiência (ganhos e perdas decorrentes de desvios entre expectativa e realidade);
- Efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

1. Retorno dos Ativos Garantidores

Os ativos garantidores registraram variação em relação à expectativa traçada na avaliação anterior. Considerando os ingressos previdenciários, benefícios pagos e os juros esperados com base na meta atuarial:

O quadro abaixo demonstra o ganho ou perda em relação a retorno dos Ativos Garantidores projetado pela meta atuarial definida na Política Anual de Investimentos e o retorno realizado no exercício em análise:

Descrição	Projetada para 2025	Executado para 2025	Variação (%)	Ganho ou Perda (R\$)
Rentabilidade Esperada (%)	5,17%	8,43%	63,06%	3,26%
Rentabilidade dos Ativos Garantidores	64.327.069,20	110.516.531,49	71,80%	46.189.462,29
Saldo total dos Ativos Garantidores no final do exercício	1.308.564.384,55	1.423.234.707,26	8,76%	114.670.322,71

2. Ajuste pela experiência

O quadro abaixo demonstra os valores projetados de receitas e despesas pelo fluxo atuarial da Avaliação Atuarial anterior, para o exercício em análise, enquanto o apurado é o que efetivamente foi observado no DIPR relativo ao exercício:



Descrição	Esperado para 2025	Apurado em 2025	Variação (%)	Ganho ou Perda (R\$)
Contribuições do Ente	38.636.632,94	574.553,40	-98,51%	-38.062.079,54
Contribuições dos Segurados Ativos	50.088.382,84	61.226.987,85	22,24%	11.138.605,01
Contribuições dos Aposentados	7.503.688,21	9.235.234,62	23,08%	1.731.546,41
Contribuições dos Pensionistas	594.533,88	722.131,52	21,46%	127.597,64
Compensação Previdenciária a Receber	41.417.814,56	9.990.581,40	-75,88%	-31.427.233,16
Valor do Plano de Amortização	33.861.614,78	0,00	-100,00%	-33.861.614,78
Outras Receitas	0,00	10.940.652,21	-	10.940.652,21
Total de Receitas com Contribuição e Compensação Previdenciária	172.102.667,21	92.690.141,00	-46,14%	-79.412.526,21
Benefícios de aposentadoria	226.943.007,24	223.780.642,15	-1,39%	-3.162.365,09
Benefícios de pensão por morte	24.934.848,58	25.708.234,19	3,10%	773.385,61
Outras Despesas	10.888.781,88	5.904.692,54	-45,77%	-4.984.089,34
Total de Despesas com Benefícios do Plano	262.766.637,70	255.393.568,88	-2,81%	-7.373.068,82
Insuficiência Financeira	90.663.970,49	162.703.427,88	79,46%	72.039.457,39
Excedente Financeiro	0,00	0,00	-	0,00

3. Alteração de Premissas Atuariais

O quadro abaixo demonstra os aumentos, ou reduções, das obrigações do plano na Avaliação Atuarial atual, discriminado pelas alterações de premissas ocorridas em relação a Avaliação Atuarial anterior:

Premissas	Avaliação Atuarial anterior	Avaliação Atuarial atual	Aumento/Redução das Obrigações do Plano (R\$)
Rotatividade	Não Aplicado	Não Aplicado	0,00
Geração futura de novos entrados	Não Aplicado	Não Aplicado	0,00
Composição Familiar	Probabilidade de 80%	Probabilidade de 80%	0,00
Tábua de mortalidade	IBGE-2023 Masc. e Fem.	IBGE-2024 Masc. e Fem.	-193.779.970,37
Tábua de entrada em Incapacidade permanente	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	0,00
Tábua de mortalidade de Incapacitados permanentes	IBGE-2023 Masc. e Fem.	IBGE-2024 Masc. e Fem.	8.382.969,12
Inflação	IPCA	IPCA	0,00

Premissas	Avaliação Atuarial anterior	Avaliação Atuarial atual	Aumento/Redução das Obrigações do Plano (R\$)
Taxa Real Anual de Retorno de Investimentos	5,17%	5,59%	-656.037,46
Taxa Real Anual de Crescimento Salarial	1,00%	1,00%	0,00
Taxa Real Anual de Crescimento do Benefício	0,00%	0,00%	0,00
Taxa de Despesas Administrativas	2,88%	2,88%	0,00
Total	-	-	-186.053.038,71

4. Análise e Considerações Finais

Sob a ótica dos itens analisando neste anexo, pôde-se observar:

- **Retorno dos Ativos Garantidores:** a rentabilidade executada dos investimentos foi 8,43% para 2025, superior ao projetado para o ano, de 5,17%. Em relação aos Ativos Garantidores o valor foi projetado para 2025 em R\$ 1.308.564.384,55 enquanto o executado de R\$ 1.423.234.707,26, representando um ganho de R\$ 114.670.322,71.
- **Ajuste pela experiência:** Em relação as Despesas Previdenciárias projetadas para 2025, houve um ganho de R\$ 7.373.068,82 se comparado ao executado no ano. Em relação as Receitas Previdenciárias projetadas para 2025, houve uma perda de R\$ 79.412.526,21 se comparado ao executado no ano.
- **Alteração de Premissas Atuariais:** Em relação a alteração das hipóteses atuariais em relação a dez/24, houve um ganho atuarial total de R\$ -186.053.038,71, resultado composto pelos seguintes fatores:
 - A alteração da tábua de mortalidade para válidos: Alteração de IBGE 2023 para IBGE 2024, em aumento dos custos atuarias de R\$ 8.382.969,12;
 - A alteração da tábua de mortalidade para inválidos: Alteração de IBGE 2023 para IBGE 2024, impactando em uma redução dos custos atuariais de R\$ 656.037,46;



- Taxa Atuarial de Juros: Alteração de 5,17% para 5,59%, impactando um uma diminuição dos custos atuariais de R\$ 193.779.970,37;

Reforçamos a importância da implantação de um plano de controle e mitigação de riscos atuariais, conforme Art. 68 da Portaria nº 1.467/2022, com monitoramento contínuo da aderência das premissas e estratégias de ajustes tempestivos.

Destaca-se a necessidade de ações coordenadas entre os Conselhos, a unidade gestora e os responsáveis técnicos, conforme exigido pelo Pró-Gestão Nível 4. Além disto, recomenda-se:

- Revisão periódica das hipóteses atuariais com base em estudos de aderência e análise de sensibilidade;
- Fortalecimento da governança atuarial, com definição clara de responsabilidades;
- Aperfeiçoamento da base cadastral, promovendo censo previdenciário periódico;
- Implementação de medidas para melhora da arrecadação e desempenho dos investimentos.